



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - IH  
Departamento de Geografia - GEA

Lanna Karolline Nepomuceno Pires

**O patrimônio e a fragmentação do território: novas funcionalidades em Diamantina-  
MG**

BRASÍLIA

2016



Lanna Karolline Nepomuceno Pires

**O patrimônio e a fragmentação do território: novas funcionalidades em Diamantina-MG**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

BRASÍLIA

2016



Lanna Karolline Nepomuceno Pires

**O patrimônio e a fragmentação do território: novas funcionalidades em Diamantina-MG**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – UNB

---

Profa. Dra. Liza Maria Souza de Andrade – FAU - UnB

---

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna – GEA - UnB

---

Prof. Rúbia de Paula Rúbio (coorientadora) - Doutoranda-UnB

Aprovado em: 07 /07/2016  
Brasília, 07 de Julho de 2016.

*Aos meus amados pais, Gilvânia e José da Paz.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelas oportunidade que me proporcionou para chegar onde cheguei, pelas coisas que vivi e as pessoas que conheci até aqui.

Agradeço a minha mãe Gilvânia e ao meu pai José da Paz por confiar, acreditar e investir em todos os meus desejos, sem vocês nada disso teria se realizado. Aos meus irmãos Priscilla e Guilherme por serem compreensíveis nos momentos de nervosismo e sempre estarem dispostos a ajudar.

Agradeço a Geografia por me proporcionar momentos incríveis na graduação e por a cada dia mais me apaixonar por essa ciência que possibilita experiências indescritíveis.

Agradeço ao meu orientador Everaldo, por acreditar no meu potencial desde o projeto de iniciação científica realizado no período de 2014-2015, em que foi pesquisado a Vila Planalto como patrimônio do Distrito Federal, até o desenvolvimento dessa pesquisa, sempre direcionando para que saísse um ótimo trabalho.

Agradeço a Rúbia, minha coorientadora, pelas dicas e orientações para a pesquisa, principalmente o direcionamento para a pesquisa de campo.

Agradeço ao José Carlos e a Milena, amigos que estiveram comigo desde o início do curso, um apoiando o outro para que nenhum desistisse. Chegamos juntos até aqui graças a essa empatia que sentimos um pelo outro.

Agradeço aos meus amigos que compreenderam a minha ausência e se disponibilizaram a ajudar no que fosse necessário, sempre querendo o melhor para mim. Em especial Marina e Izabela que se disponibilizaram para ajudar de maneiras diversas, que fizeram toda diferença nesse processo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, na SPU-DF, pelos ensinamentos que tive nesses nove meses de estágio e por cada ajuda na elaboração dos mapas, na formatação do trabalho e no incentivo a nunca desistir dos estudos. Em especial ao Eduardo, Juliano e Welton.

Agradeço também a todos que participaram da pesquisa através das entrevistas, pessoas que dedicaram um tempo do seu dia para conversar sobre o modo de vida e suas percepções em relação a Diamantina-MG.

*"O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem."*

*João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas*

## **RESUMO**

O presente trabalho busca compreender as novas funcionalidades do patrimônio em Diamantina – MG e a lógica que envolve a fragmentação do território, através dessas novas funções criadas. Nas últimas décadas a importância do patrimônio cultural para a construção da identidade de uma nação tem se tornado um assunto recorrente. No Brasil, as primeiras iniciativas institucionais para a salvaguarda do patrimônio surgiram nas primeiras décadas do século XX, com envolvimento decisivo do Movimento Modernista. Nesse sentido, a pesquisa tem como princípio investigar o conceito de patrimônio cultural para adentrar nas políticas patrimoniais desenvolvidas na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, políticas estas que atingiram parcialmente seus objetivos em relação à revitalização do patrimônio ligada ao desenvolvimento social e econômico, que atenderam uma pequena parcela da população. O entendimento dessas políticas patrimoniais busca compreender o processo de fragmentação do território e as novas funcionalidades que surgiram a partir da tomada mercantil, ao ponto que muitos moradores não conseguem frequentar os serviços oferecidos no centro histórico, onde foram desenvolvidas essas políticas. Ainda, deseja-se com este trabalho uma reflexão acerca da execução do planejamento urbano e da compreensão dos moradores de Diamantina sobre seu espaço vivido.

Palavras chave: Patrimônio urbano; fragmentação articulada do território; Diamantina-MG.

## **ABSTRACT**

This work aims to understand the new heritage features in Diamantina – MG and the logic that involves the fragmentation of the territory, through these newly created roles. In the last decades, the importance of cultural heritage for a nation's identity construction has become a recurring theme. In Brazil, the first initiatives to safeguard the heritage emerged in the twentieth decade with the modernist movement. In this sense, the research is beginning to investigate the concept of cultural heritage to get in the heritage policies developed in the city of Diamantina, in Minas Gerais, these policies partially achieved their goals in relation to the revitalization of the heritage linked to social and economic development that attended a small portion of the population. The understand of these heritage policies seeks to comprehend the territory fragmentation process and the new features that have emerged from the market making, to the point that many residents can not attend the services offered in the historic center, where these policies have been developed. More, this work wants a reflection about the implementation of urban planning and understanding of Diamantina residents about their living space.

**Keywords:** Urban heritage; Articulated fragmentation of the territory; Diamantina-MG.



## **LISTA DE MAPAS, FIGURAS E TABELAS**

### **MAPAS**

Mapa 1 : Mapa de localização das lavras de diamante em Diamantina –MG.....	14
Mapa 2: Mapa de localização do município de Diamantina-MG.....	17
Mapa 3: Mapa 3: Mapa de localização da Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território Urbano em Diamantina – MG.....	67

### **FIGURAS**

Figura 1: Lavra de Major Felisberto de Andrade Brant.....	13
Figura 2: Garimpo.....	14
Figura 3: Catedral Metropolitana de Santo Antônio.....	42
Figura 4: Imóvel privado localizado na Rua Vieira Couto, 210.....	51
Figura 5: Mercado Velho.....	52
Figura 6: Cadeia Velha.....	52
Figura 7:Casa da moradora entrevistada.....	53
Figura 8 : PAC Cidades Históricas PAC 2 – Eixo Cidade Melhor.....	55
Figura 9: Largo Dom João.....	64
Figura 10: Mercado Municipal (Mercado Velho).....	66
Figura 11: Nova funcionalidade no Largo Dom João.....	68
Figura 12: Praça localizada entre os bairros Sagrado Coração e Largo Dom João.....	70
Figura 13:Bairro Jardim.....	74
Figura 14: Bairro Bom Jesus.....	74
Figura 15: Bairro Sagrado Coração.....	74
Figura 16: Bairro de Fátima.....	74
Figura 17: Bairro Vila Romana.....	74
Figura 18: Bairro Santo Inácio.....	74

### **TABELAS**

Tabela 1: Cidades Históricas contempladas pelo PAC2.....	56
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DET – Divisão de Estudos e Tombamento

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

GAT - Grupo de Apoio Técnico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites)

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

MINIPLAN – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Programa Cidades Históricas

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZOHOFA - Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território Urbano

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
1.1 Justificativa .....	18
1.2 Objetivo (s) .....	19
1.2.1 Objetivo geral .....	19
1.2.2 Objetivos específicos .....	19
1.3 Hipótese .....	19
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	20
1.5 Estrutura do trabalho.....	21
 2. PATRIMONIALIZAÇÃO EM DIAMANTINA .....	23
2.1 Diamantina-MG: breve histórico e eleição como Patrimônio Nacional .....	24
2.2 Diamantina: notas sobre algumas cartas patrimoniais internacionais .....	33
2.3 Diamantina e os critérios para a candidatura a Patrimônio Cultural Mundial ...	38
 3. POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO EM DIAMANTINA.....	45
 4. O PATRIMÔNIO E A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO: NOVAS FUNCIONALIDADES EM DIAMANTINA .....	62
 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79
 ANEXO .....	82

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de patrimonialização estimula uma narrativa e uma legitimação de projetos de intervenção urbana como uma tendência do urbanismo contemporâneo. O patrimônio surge como condutor de uma construção identitária, onde se cria representações sociais.

Diamantina está localizada no Vale do Jequitinhonha, no norte do estado de Minas Gerais, ficou conhecida pela extração de ouro e principalmente de diamante no período colonial. Atualmente, o município está constituído, de acordo com o IBGE (2016), em: Diamantina (sede), Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, Extração Guinda, Inhaí, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão e Sopa, a mesma existente no Censo Demográfico de 1970.

A ideia de pesquisar Diamantina-MG surgiu do interesse pessoal em entender como o processo de patrimonialização pode influenciar na organização espacial da cidade, e entender como as políticas podem estar envolvidas na segregação urbana existente no território. Ainda, cabe mencionar que o estímulo a esse estudo vem de trabalho de campo realizado na disciplina de Geografia Urbana, coordenada pelo professor Dr. Everaldo Costa, no ano de 2014.

Diamantina-MG encontra-se no extremo norte da faixa aurífera, nas cabeceiras do Jequitinhonha e do sertão mineiro. Segundo Machado Filho (1980), a descoberta do ouro no Serro Frio<sup>1</sup>, nos fins do século XVII, chamava a atenção de bandeirantes e aventureiros de várias regiões. Um desses grupos encorajou-se a explorar regiões mais distantes, onde a mineração fosse mais abundante e fácil. Encontraram dois córregos riquíssimos, que mais tarde foram chamados de Rio Grande e Piruruca. Eles seguiram o rio que tinha o melhor curso d'água, no caso o Piruruca. Chegaram às cabeceiras e acamparam com a intenção de descobrir se o terreno era aurífero, como tiveram resultados positivos, permaneceram nos arredores. Prontamente uma nova bandeira também se estabeleceu nas margens do outro córrego, que tinha o nome de Rio Grande. Ao explorar o terreno, encontraram ouro em abundância, como nunca aparecera em toda a capitania.

De acordo com Gonçalves (2012), os primeiros povoadores fixaram-se a pouca distância do Rio Grande, no leito de um curso d'água que batizaram com o nome de

---

<sup>1</sup> Sede de uma das quatro primeiras comarcas da Capitania das Minas Gerais, a antiga Vila do Príncipe do Serro Frio, hoje, cidade do Serro. Também era rota da exploração do Diamante. O município se localiza a mais ou menos 90km de Diamantina.

Tijuco, no ano de 1713. A ocupação ocorreu na encosta de uma colina, margeando a Serra dos Cristais.

O fato de maior relevância na história de Diamantina foi à descoberta do diamante.

Para Machado Filho:

Segundo o depoimento de Bernardo da Fonseca Lobo quando lavrava cascalho nos córregos dos morrinhos, seu camarada Francisco Teixeira achou no fundo da bateia um seixozinho claro e reluzente. Bernardo logo viu que se tratava de Diamante, daí pra frente os achados da pedra foram só se multiplicando. Enviou algumas ao ouvidor Antônio Rodrigues Banha para mandar ao governador da capitania. Mas segundo alguns documentos ele preferiu guardar as pedras. Indo a Vila Rica em 1726 entregou ao governador D. Lourenço de Almeida. Pessoalmente entregou seis diamantes enviados com grande atraso a D. João V, a cujas mãos fiz chegar mais tarde mais 18. (MACHADO FILHO, 1980, p. 17)

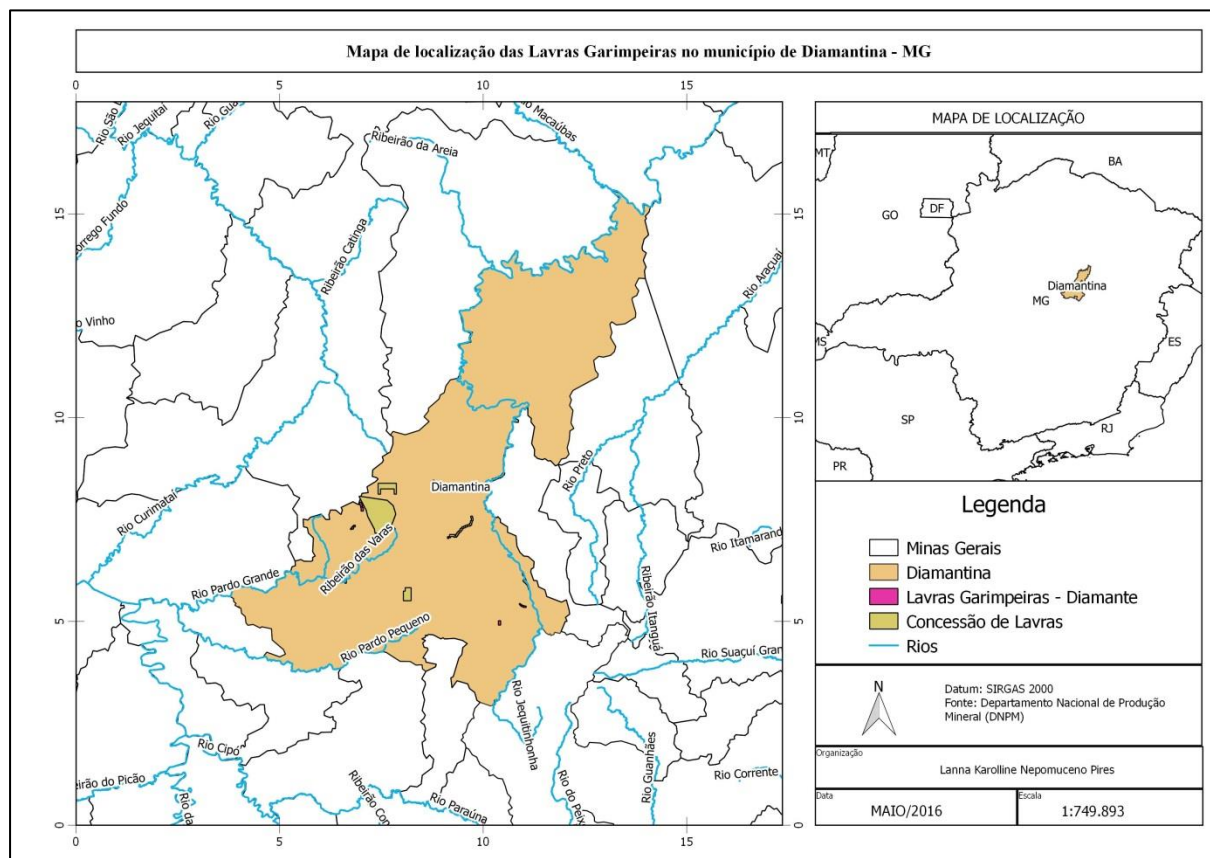
Segundo Lefèvre e Vasconcelos (1968), o diamante sustentava e isolava a cidade, o Arraial do Tijuco não tinha muito ouro. Os moradores jogavam cartas com pedrinhas marcando os pontos, certo dia um forasteiro as identifica como diamante. Com isso a Corte se reúne e o rei começa a estipular regras para a extração, desde já são proibidas as lapidações particulares. A área é escoltada e somente o rei é o dono de tudo. Com tais circunstâncias, são formadas diversas conformações sociais e urbanas na zona do ouro, com a riqueza concentrada se forma uma elite restrita com o resto da população sendo escrava.



**Figura 1:** Lavra de Major Felisberto de Andrade Brant, em São João da Chapada, 1869. Fonte: Foto de Augusto Riedel/Domínio Público. Disponível em: [www.bndigital.bn.br](http://www.bndigital.bn.br)



**Figura 2: Garimpo.** Fonte:1. Chichico Alkmim, 1886-1978 – Vida e obra. 2. Fotografias – Chichico Alkmim.



**Mapa 1: Atual pontos de lavra de diamante em Diamantina – MG<sup>2</sup>**

O mapa 1 representa como as lavras de diamante estão distribuídas no município de Diamantina-MG. Pode-se observar que todas ficam próximas de algum rio que corta o

<sup>2</sup> Informações retiradas do site do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)

município. Nas imagens apresentadas anteriormente temos representações de como acontecia a extração do Diamante, no passado.

De acordo com Machado Filho (1980) um ato real de 02 de Dezembro de 1729 declarou monopólio da Coroa a extração dos diamantes, anulando cartas de datas de escrituras de propriedades e, em consequência, na comarca do Serro Frio foi construído o Distrito Diamantino, com sede no Tijuco.

De acordo com Lefèvre e Vasconcelos:

Urbanisticamente, a população resolve-se em quadrilátero, com ruas em xadrez, como mandam as Leis das Índias. Definem-na as estradas que, aos quatro lados a tangenciam. No meio a Matriz, demolida por volta de 1925 para mudar a fisionomia. As áreas periféricas, junto aos caminhos, são as mais valorizadas, A central entrega-se à boêmia das mulatas dengosas e seresteiros notívagos. A Capela N. S. do Carmo esquina uma quadra do centro. É leve e descansada, com frontão de madeira perfilado de volutas. (LEFÈVRE E VASCONCELOS, 1968)

Os autores fazem uma descrição perfeita da disposição das construções feitas na cidade na época, contando desde o detalhe do material em que foi feita a obra, até para o que servia algumas das construções. Hoje, este tipo de relato ajuda na identificação de como algumas construções mudaram suas funções com o passar do tempo.

Segundo Gonçalves (2012), o Tijuco manteve-se na condição de arraial por muito tempo, mais de um século, mesmo atingindo os padrões que justificaria a sua ascensão aos níveis hierárquicos.

Existem três fases, de acordo com Gonçalves (2012), em relação ao desenvolvimento do arraial do Tijuco: a primeira fase (1700 a 1720) foi caracterizada pela ausência de qualquer preocupação com arruamento ou construções definitivas; a segunda fase (1720 a 1750) é caracterizado pela definição dos caminhos que ligavam os principais arraiais, o surgimento de novas ruas, becos e a polarização do povoamento em uma área central; A terceira fase (1750 em diante) aconteceu no apogeu da economia do diamante, quando a produção atingiu os maiores índices.

De acordo com IBGE (2016) por não existir ouro em abundância na região, este fracasso inicial ameaçava seu desenvolvimento, quando com a descoberta de diamante (1729), fez agregar-se habitantes de terras vizinhas para área do Tijuco. O crescimento local, durante esta época, esteve conjugado com o comércio diamantífero. Em 1732, foram estabelecidas condições para que a extração de diamante não fosse realizada por escravos nem fora do arraial, dois anos depois foi estabelecida a Real Intendência, com o objetivo de evitar que os garimpeiros se subtraíssem à fiscalização da Coroa, o que resultou em uma

pressão contra eles. Decorrente disso, a Coroa, em 1738, resolveu implantar o regime de contratos para a extração dos diamantes.

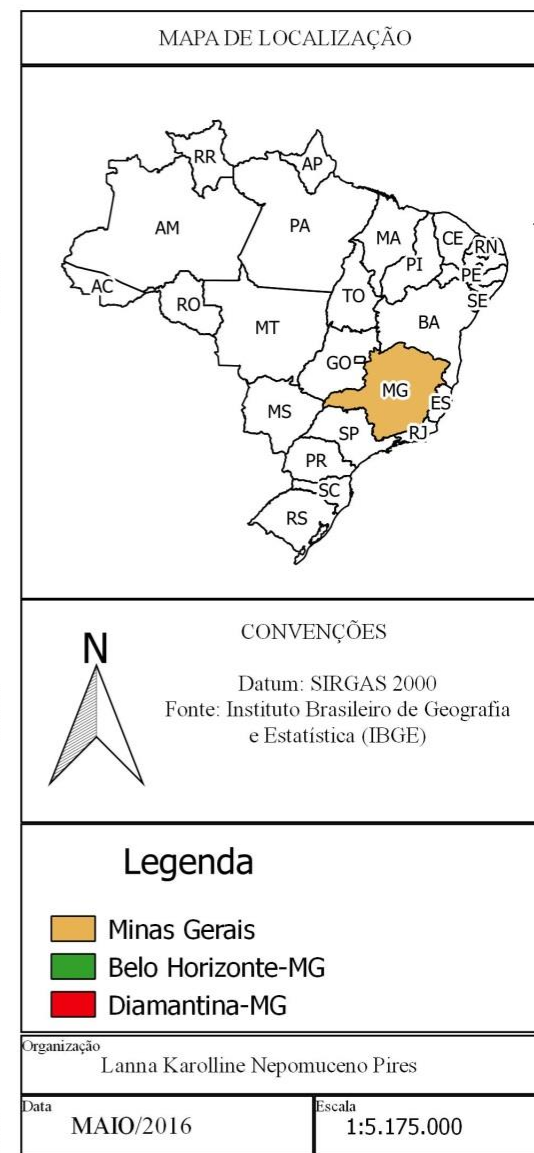
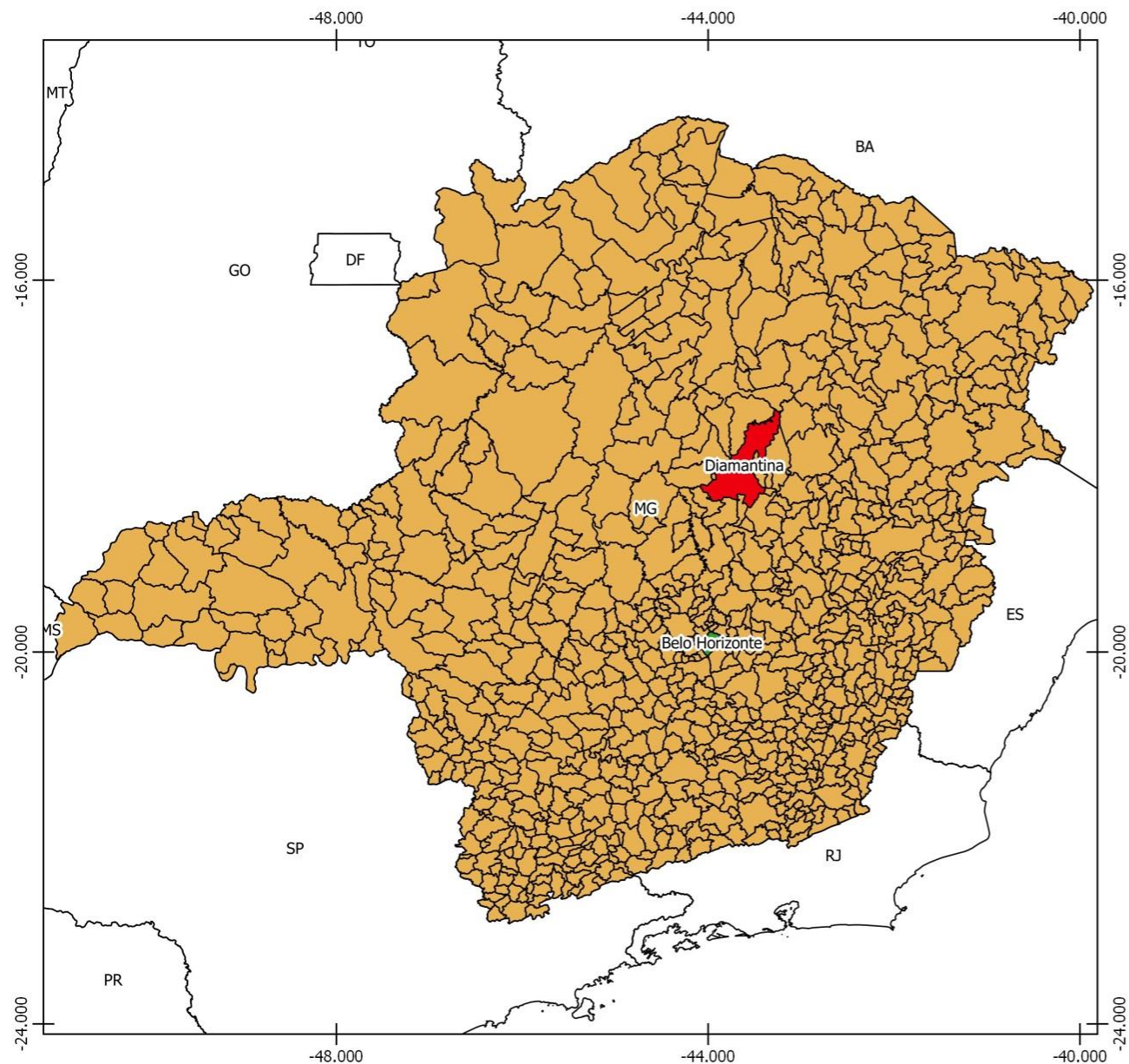
O IBGE (2016) diz que João Fernandes de Oliveira, nomeado contratador, estimulou construções, o comércio começou a se desenvolver, surgiram as primeiras igrejas, fazendo com que o arraial passasse por um período de crescimento. Durante a época dos contratos, os garimpeiros sofreram muita opressão, a atuação dos contratadores era tão forte que se transformavam em verdadeiros algozes na execução dos atos impostos pela Coroa Portuguesa. Foi neste período que surgiu o Livro da Capa Verde, código que controlava os atos da população sob seus vários aspectos. Depois de muita luta, os moradores do Tijuco conseguiram, em 1821, a reforma do código, fazendo diminuir o poderio dos Intendentes. A partir de 1828 a sociedade começa a se organizar, as classes sociais são definidas e surge o interesse pela cultura.

De acordo com o IBGE (2016) a ascensão do arraial do Tijuco à categoria de vila, com o nome de Diamantina, ocorrido em 1831, a criação da cidade do mesmo nome, passados sete anos, foram, dentre outros, fatos que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento daquela região

O mapa 2 apresenta a localização do município de Diamantina no estado de Minas Gerais.



Mapa de localização do município de Diamantina-MG



Mapa 2: Mapa de localização do município de Diamantina-MG. Fonte: IBGE

Os primeiros passos da preservação do patrimônio no Brasil surgiram de intelectuais que perceberam a necessidade de reinvidicar ao Estado a conservação de bens que estavam se perdendo, por ação do tempo ou por falta de cuidado, como será tratado posteriormente. Esse movimento resultou em leis preservacionistas e a criação de instituições responsáveis pela proteção e manutenção do patrimônio nacional, que nos próximos capítulos será tratado de forma mais detalhada.

Iniciativas mundiais para conservação do patrimônio foram essenciais para o processo de patrimonialização, pois alertaram as instituições sobre formas de proteção e manutenção em contexto internacional, levando em consideração bens culturais diversos.

A lógica da fragmentação articulada do território urbano em Diamantina instaura-se ou se acelera com a dimensão das políticas patrimoniais que resignificam o espaço e causam novas funcionalidades ao patrimônio e ao próprio território.

O objetivo central do trabalho é analisar as novas funcionalidade do patrimônio em Diamantina-MG, tendo como recorte a Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano (ZOHOFA), definida por Costa (2011; 2015). Esses elementos estando associados à localização (de bairros) e acessibilidade (ao centro) pela população local.

## **1.1 Justificativa**

O presente trabalho tem por justificativa pensar nas novas funcionalidades que foram dadas as construções na Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação articulada do Território Urbano em Diamantina – MG, que abrange os bairros de Fátima, Vale dos Diamantes, Vila Arraiola, Sagrado Coração, Jardim, Santo Inácio, Largo Dom João, Bom Jesus e Centro. O município é reconhecido como grande gerador de riquezas no Brasil colonial. Com o término da exploração do ouro e do diamante, a cidade teve como herança seu acervo material e imaterial, relativo ao patrimônio preservado que valorizou seu centro histórico. Por conter uma especificidade que a diferencia de outras cidades do mesmo período, Diamantina, em 1999, foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A partir dessas informações introdutórias, se faz necessário buscar e compreender como aconteceram e estão acontecendo as novas funcionalidades do patrimônio em Diamantina, levando em consideração que existem poucos trabalhos que tratam sobre o planejamento urbano associando o seu centro histórico e a sua periferia de Diamantina,

acatando a participação da comunidade no processo de patrimonialização. Esse assunto é de grande importância não só aos moradores da cidade, mas aos cidadãos de todo o Brasil, já que se trata de um patrimônio com chancela nacional e mundial.

## **1.2 Objetivo (s)**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar as novas funcionalidades do patrimônio na Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território Urbano em Diamantina-MG.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Analisar o processo de patrimonialização em Diamantina;
- b) Entender as políticas de patrimonialização mais recentes em Diamantina;
- c) Compreender as novas funcionalidades do patrimônio em Diamantina.

## **1.3 Hipótese**

- a) O processo de patrimonialização não aconteceu com a intencionalidade restrita na preservação e proteção do patrimônio, de forma que a maioria dos moradores não entende o que é esse processo;
- b) As políticas de patrimonialização não atingiram seus objetivos principais e não chegaram a todos os moradores;
- c) Existem novas funcionalidades do patrimônio em Diamantina, causando uma refuncionalização e revalorização a partir do centro histórico.

## **1.4 Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho se configura em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e explicativo, que pretende identificar os fatores que contribuíram para a refuncionalização do patrimônio através da fragmentação do território em Diamantina - MG, fenômeno esse pouco pesquisado, tendo referência desse debate para esta cidade Costa (2011) e Costa (2015).

Os procedimentos de coleta de dados escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram bibliográfica, documental, participativa e levantamento de dados. A pesquisa bibliográfica consistiu em autores que tratam dos conceitos de território, memória, patrimônio cultural e sobre a formação do conjunto urbano de Diamantina. A pesquisa documental foi realizada na prefeitura, biblioteca e museus da cidade, nos sites do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Ministérios (Cultura e Planejamento) entre outros órgãos e instituições. Todo o material foi fichado e digitalizado.

A pesquisa de campo foi realizada no intuito de buscar informações diretamente com a população pesquisada. O levantamento de dados foi realizado em quatro campos na cidade: dois de aproximação e dois para a realização de entrevistas semiestruturadas.

Os dois campos de aproximação foram realizados na intenção de explorar o conjunto urbano de Diamantina, buscando um primeiro contato com os moradores, conhecer os bens tombados, e entender a dinâmica em que a cidade ocorre.

Nos campos em profundidade foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e quatro pessoas, moradores do centro histórico e da periferia de Diamantina. A idade dos entrevistados não foi estabelecida, o importante era que morassem na cidade a pelo menos mais de dez anos. A princípio, os moradores se apresentavam intimidados com a abordagem feita. Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização dos entrevistados.

Nas entrevistas semiestruturadas os atores foram questionados sobre suas atividades, se são realizadas no bairro onde moram ou se precisam ir a outros bairros. Foram indagados sobre onde ficam localizados os comércios e serviços mais caros de Diamantina e se a população possui acesso a esses serviços. Foi perguntado aos moradores o que é necessário mudar na cidade e o que falta. Foram interrogados também sobre o que eles entendem por patrimônio tombado, sobre o que é centro histórico e se sentem parte dele.

O percurso até a cidade é complicado para quem sai de Brasília. Não existe aeroporto com voos domésticos, nem ônibus direto saindo da capital federal. Para chegar, tem-se um ônibus com itinerário saindo de Brasília até Curvelo e outro de Curvelo até Diamantina, o mesmo trajeto ocorre na volta de Diamantina para Brasília. De Curvelo, há saída de ônibus para a cidade histórica de duas em duas horas, o que dificulta a chegada. A hospedagem escolhida foi o alojamento do Instituto de Geociências, localizado na Casa da Glória, atrativo turístico da cidade do diamante. Na região, identificou-se ser falha a questão do transporte do centro histórico para os bairros periféricos.

Na visita aos órgãos públicos foram pesquisados documentos com registros antigos da funcionalidade do centro histórico, bem como relatos sobre a formação e história da cidade. Também foram investigados documentos que tratassem sobre as políticas patrimoniais desenvolvidas no município (PAC Cidades Históricas e o Programa Monumenta) e se elas foram de fato executadas. A obtenção dos documentos não ocorreu facilmente, vários empecilhos foram colocados na hora de repassar esses papéis, causando atrasos na elaboração do trabalho.

Os mapas confeccionados durante o trabalho foram utilizados para mostrar a localização do município dentro do estado de Minas Gerais e no Brasil. O outro mapa elaborado identifica as lavras de diamante que resistiram no município.

Este trabalho está fundamentado na revisão de leituras das áreas da Geografia Urbana, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, bem como pesquisas de campo em Diamantina-MG que favoreceram explorar a cidade em sua totalidade.

Além das fontes bibliográficas citadas, foram utilizados documentos internacionais da UNESCO, cedidos pelo IPHAN, que tratam sobre a inscrição de Diamantina na Lista do Patrimônio Mundial.

Resumindo, o caminho para chegar ao objetivo principal não se encerrou na pesquisa bibliográfica, foi acompanhada por fichamentos e levantamentos em campo, por entrevistas e questionários que fundamentam a pesquisa analítica, pois assim foi possível compreender a percepção dos moradores sobre sua cidade

## **1.5 Estrutura do trabalho**

A presente pesquisa está organizada da seguinte maneira:

O **primeiro capítulo**, que compreende esta etapa inicial do trabalho, apresenta a cidade de Diamantina-MG, bem como os objetivos, hipóteses e justificativa da pesquisa.

O **segundo capítulo** faz um breve histórico sobre o processo de patrimonialização no Brasil, apresentando as primeiras manifestações e leis para a proteção dos bens culturais no país. Logo após, no segundo item, aparece as cartas patrimoniais que asseguraram a proteção do patrimônio em um contexto internacional, e a evolução desses documentos. No último item do primeiro capítulo discutem-se os critérios que Diamantina se encaixou para poder receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, entre outros aspectos que caracterizam o dossiê de candidatura da cidade.

O **terceiro capítulo** apresenta duas das políticas patrimoniais desenvolvidas na cidade, a saber PAC Cidades Históricas e Programa Monumenta, apresenta seus objetivos e, através da fala dos moradores, analisa de que forma essas políticas foram percebidas e se elas realmente atingiram os bens culturais e a população de uma forma geral.

O **quarto capítulo** fala sobre a fragmentação do território em Diamantina e as novas funcionalidades que ali emergiram, causadas em sua grande maioria pela refuncionalização do patrimônio, resultado de políticas patrimoniais. E todo esse processo realizado dentro da Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano.

Por fim, as considerações finais do trabalho, que foram compreendidas, principalmente, através dos campos realizados na cidade.

## **2. PATRIMONIALIZAÇÃO EM DIAMANTINA**

O conceito patrimônio tem por significado tratar de bens culturais ou naturais que são reconhecidos por características que os distinguem, que remetem à história do local. De acordo com Costa (2009), os bens culturais são produzidos e apoderados pelo homem que lhes dão diversos sentidos em diferentes épocas e necessidades do momento.

Segundo Gonçalves (2003), alguns estudiosos afirmam que o conceito patrimônio foi criado no século XVIII, e que essa palavra não é uma invenção moderna. O patrimônio tem delimitações bem precisas e individualizadas, independe de ser um bem financeiro ou cultural.

O pensamento de que o patrimônio possa ser um símbolo da humanidade, representativo de civilizações e da história de uma nação foi edificado lento e gradualmente, partindo da ideia de monumento como objeto isolado de forma a ser contemplado e preservado.

Desta forma, os bens culturais passam a ser reconhecidos como de interesse nacional e mundial, sendo que um complementa o outro, e os nacionais inclui a identidade de um povo, atribuindo sua formação territorial a um símbolo de progresso. O patrimônio mundial seria esses bens distribuídos pelo mundo inteiro, preservados na pretensão de representar toda a humanidade, em um contexto no qual nem todos tem acesso a este patrimônio (COSTA e SCARLATO, 2009).

Ainda segundo Costa e Scarlato (2009), a produção do patrimônio, em sua fase nacional, foi marcada pela produção de símbolos de conquista e formação territorial com a ideia de um bem coletivo, pertencente ao mundo inteiro. Tendo em vista que esta dinâmica de proteção ao patrimônio, em escala nacional, foi desenvolvida em vários países além do Brasil (cada um com sua política de preservação, porém tendo como base as cartas desenvolvidas em reuniões internacionais), formando-se um conjunto protegido para a humanidade.

Para entender este processo em Diamantina-MG, fez-se necessário estudar estas escalas (nacional e mundial) no propósito de entender como os bens da cidade se tornaram valores universais excepcionais, tal condição atribuída às cidades que são tombadas e recebem o título de Patrimônio Mundial.

A partir da colocação de Costa e Scarlato (2009), podemos compreender que o patrimônio preservado não fica apenas em âmbito nacional, conseqüentemente ele acaba se tornando um bem para toda a humanidade, do ponto de vista das instituições e práticas

patrimoniais. Pensando nisso, a cidade de Diamantina-MG será abordada em seu contexto nacional e em seguida mundial, mostrando sua importância nestes dois sentidos e escalas para, por fim, entender o processo de inscrição deste patrimônio urbano na Lista do Patrimônio Mundial.

## **2.1 Diamantina-MG: breve histórico e eleição como Patrimônio Nacional**

No Brasil, o processo de patrimonialização ocorre nas primeiras décadas do século XX, tendo demorado um longo período para seleção dos bens culturais que poderiam ser tombados e que esteve sob a proteção de um pensamento nacionalista (PAES- LUCHIARI, 2005). O olhar para a necessidade de se proteger o patrimônio artístico e histórico já era notado nos anos 1920, quando começaram a serem tomadas iniciativas locais e estaduais.

Mario de Andrade foi chamado, em 1936, para criar uma instituição nacional de proteção ao patrimônio. A partir desse fato foi criado, por Decreto presidencial, o SPHAN, em 30 de Novembro de 1937<sup>3</sup>. De acordo com Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>4</sup>, a partir do decreto de criação do SPHAN, os patrimônios eram classificados como “monumentos naturais”.

Segundo Fonseca (1997), foi a partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um tesouro da nação, que o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no congresso nacional, nos governos estaduais e na imprensa. Esse abandono causaria uma perda irreparável para a nação e a sociedade. As primeiras respostas do poder público foram à criação de inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em três estados: Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). Em escala federal, foi no âmbito dos museus nacionais que essas iniciativas se estabeleceram.

Para a Bo :

Os intelectuais que se destacaram no comando institucional do patrimônio no Brasil, liderados por Rodrigo Mello Franco de Andrade, na primeira e heroica fase, e por Aloísio Magalhães, em curta porém profícua administração, praticaram um discurso de apropriação da cultura brasileira movidos pelo desejo de preservar fragmentos escolhidos dessa cultura. Tais discursos, ao buscar e selecionar o que a sociedade deveria considerar como patrimônio, produzem como consequência, ao mesmo tempo em que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda. A possibilidade da perda

<sup>3</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)> Acesso em: 07 de maio de 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>> Acesso em: 7 de maio de 2016.



do patrimônio é ao mesmo tempo a “causa e o efeito da proteção. (BO, 2003, p. 27)

Este relato descrito por Bo (2003) mostra que a intenção de preservar o patrimônio não é a total garantia de que nada irá acontecer com o bem, como por exemplo, o governo pode se mobilizar para proteger uma área que todos julguem ser um bem cultural, mas é necessária uma manutenção para que não se perca aquele bem. O autor também faz uma crítica em relação ao que é patrimônio e para quem, quando ele fala no que “deveria considerar como patrimônio” (BO, 2003, p. 27), pois as instituições que preservam os bens e a sociedade podem ter opiniões diferentes, mas o que prevalece é a opinião dos órgãos superiores.

De acordo com Fonseca (1997), a fase heroica ocorreu em um contexto cultural em que pela primeira vez no Brasil se formula a temática de um patrimônio artístico e histórico nacional, resultado do surgimento e o desenvolvimento de um movimento cultural significativo do século XX, o modernismo. Esta fase liderada, inicialmente, por Rodrigo Mello Franco de Andrade foi o começo do processo de patrimonialização no Brasil, onde se buscava bens que representassem a cultura brasileira e a formação da identidade da nação.

Segundo o CPDOC, o SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação. O ministro da educação, na época, Gustavo Capanema, convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para comandar a instituição recém-formada, ele esteve à frente de 1937 a 1969, quando morreu. A instituição passou por várias mudanças ao longo do tempo, passou a ser departamento, instituição, secretaria e depois novamente instituição. Hoje, desde 1970 é denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua equipe esteve à frente do SPHAN, os tombamentos aconteceram em sua maioria na arte e arquitetura barroca, situada nas cidades de Minas Gerais. O barroco, neste momento, é resgatado como símbolo da identidade nacional.

Costa e Scarlato (2009) esclarecem que o governo de Getúlio Vargas foi o responsável pela primeira *Produção Simbólica do Patrimônio Cultural Brasileiro*<sup>5</sup>, onde esses bens vão assumir a representação da trajetória social, econômica e política do país, mesmo que isso tenha ocorrido de forma restritiva.

---

<sup>5</sup> Para compreensão das fases do patrimônio no Brasil, ver Costa (2010).

Os primeiros vestígios da tentativa de institucionalizar a questão vieram na Constituição de 1934, onde pela primeira vez se imprime a responsabilidade ao Estado referente à proteção de um bem. Ressalta-se a grande influência do movimento modernista realizado na década de vinte.

De acordo com Fonseca (1997), a primeira iniciativa do governo federal em relação à proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto-MG à categoria de monumento nacional, através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

A maioria dos conjuntos artísticos está apoiada no Barroco que era muito expressivo nas cidades históricas, principalmente em Minas Gerais. Muitas edificações com acabamentos em ouro, com belezas incomparáveis, guardando a história do início de povoados que hoje se tornaram importantes cidades que recontam o início da formação da cultura brasileira.

Para Fonseca (1997), o SPHAN se estruturava em duas divisões técnicas: Divisão de Estudos e Tombamento (DET) e a Divisão de Conservação e Restauração. Este órgão era representado regionalmente em distritos e tinha em sua responsabilidade apenas museus regionais, criados em 1938.

No Brasil, como já vimos anteriormente, temos instituições e leis que auxiliam na proteção e preservação dos bens culturais. Para a salvaguarda destes bens foram elaboradas cartas e compromissos, algumas em escala nacional e outra mundial.

As Cartas Patrimoniais são documentos, recomendações e compromissos que surgem com a ideia de preservar e proteger o patrimônio cultural. De acordo com o IPHAN (2004), através dessas cartas é possível analisar a evolução do pensamento preservacionista com o passar dos anos, nos primeiros documentos é perceptível a necessidade em definir o que é monumento e o que estava em sua volta, com o passar dos anos foi dada uma maior importância às políticas de preservação e a integração dessas com os planos de desenvolvimento.

Os dois compromissos mais significativos para o Brasil são: Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971).

O compromisso de Brasília (1970) foi o primeiro Encontro dos Governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Este compromisso, segundo IPHAN (2004), enfatiza a responsabilidade de governos e secretarias (estados e municípios) com as

políticas de proteção ao monumento. Propõe a criação de órgãos de defesa ao patrimônio, onde ainda não existam, e estruturados com os Conselhos Estaduais e de Cultura.

Com o intuito de reparar a carência na mão-de-obra especializada nos níveis superior e médio, este documento, segundo IPHAN (2004), sugere a criação de cursos visando à formação de arquitetos, restauradores entre outros orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Este compromisso recomenda a defesa do acervo arquivístico com a intensão de evitar a destruição de documentos. Aconselha a instituição de museus regionais, a conservação do acervo bibliográfico e a preservação do patrimônio paisagístico. Ao fim do documento, foi anexada uma carta de Lúcio Costa em que trata da dificuldade de recuperação e restauração de monumentos.

O compromisso de Salvador (1971) foi o segundo encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. Este encontro, de acordo com o IPHAN (2004), foi realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país. Todos os itens do compromisso de Brasília foram ratificados. Recomendou-se a criação do Ministério da Cultura e secretarias ou fundações estaduais. Outras orientações sobre o plano urbanístico com valorização no centro histórico foram feitas. Foi sugerida também uma parceria entre Estados e universidades.

A importância dessas cartas e compromissos para o patrimônio é o reconhecimento de que estes bens precisam ser preservados, necessitando de políticas públicas e leis para a sua proteção e conservação.

Segundo Sant'Anna (2004), fazendo uma análise das décadas de 70, 80 e 90, no Brasil, é possível observar que: nos anos 70 as operações de preservação do patrimônio brasileiro concentravam-se no plano federal e eram realizadas apenas pelo IPHAN. Nos anos 80, a instituição federal ainda ditava os contornos gerais da prática de preservação conflitante. Nos anos 90, houve uma mudança completa, primeira mudança ocorrida nos anos 90 foi nas áreas centrais e sítios históricos de várias cidades do Nordeste, como por exemplo, o Pelourinho, em Salvador. Intervenções e programas implementados no Brasil no final dos anos 90, mostram que os patrimônios se tornaram importantes recursos econômicos, e uma porta de entrada para os negócios na área de projeto, consultorias, equipamentos e serviços urbanos. Neste período dos anos 90, ainda foi identificado o

pedido de tombamento de bens por grupos ou pessoas que não tinham nenhum vínculo com o IPHAN.

De acordo com Scifoni (2006) e Costa (2015), é preciso reconhecer que a valorização do patrimônio no Brasil é processo extremamente desigual, pois atinge, em geral, aqueles bens considerados monumentais ou aqueles para os quais o mercado turístico vê possibilidades de exploração. Lembrando que as primeiras cidades a serem protegidas foram aquelas onde o barroco era peça-chave e em sua maioria estava relacionada ao ciclo do ouro e à coroa brasileira.

Para o IPHAN<sup>6</sup>, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público, ocorre em nível federal, estadual e municipal. Os tombamentos que ocorrem em escala federal são de responsabilidade do IPHAN, esse processo ocorre por um pedido de abertura que pode ser feito por qualquer cidadão ou instituição pública. Tombar tem por objetivo preservar os bens de valores históricos, arquitetônicos, culturais, ambientais de modo que não se perca o valor afetivo que a população possui, impedindo a destruição e descaracterização do bem. Somente é aplicado nos bens materiais a fim de preservar a memória coletiva.

Segundo Scifoni:

Tombamento aparece, assim, em grande medida como uma forma de garantir o uso e apropriação social do espaço da cidade ameaçado diante de uma lógica de produção do urbano que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso e, por vezes, põe em risco a existência do próprio espaço público na cidade. (SCIFONI, 2013, p.7)

O tombamento exerce o papel de manter uma memória coletiva ao bem cultural, que cristaliza também uma memória à cidade. A partir do tombamento de alguns bens culturais e naturais e a patrimonialização de alguns lugares, começa a ser notada uma ressignificação do espaço em nome de um desenvolvimento local, ocorrendo uma renovação e elitização das áreas centrais urbanas, onde aquele bem em algum momento começará a ser um atrativo turístico e às vezes perdendo o seu real significado.

De acordo com Fonseca (1997), o tombamento nas cidades históricas tenta assegurar a manutenção da feição tradicional de áreas centrais, que pode ser uma alternativa econômica para a população, através do turismo. Por outro lado, com as restrições que são estabelecidas a esses bens, surgem consequências indesejáveis aos proprietários dos imóveis.

---

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 20 de mar. 2016

Abreu (1998) esclarece que no Brasil existem muitas cidades novas, a maioria delas surgiu no século XX. No entanto, existem cidades que foram formadas há muitas décadas atrás, algumas delas no período colonial e ainda apresentam vestígios desse passado, porém não são muitas. A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades do final do século XX, no Brasil é uma perspectiva nova. Hoje em dia é perceptível o discurso de proteção, restauração e revalorização de vestígios do passado.

Para Abreu:

[...] não é muito comum encontrar-se vestígios materiais do passado nas cidades brasileiras, mesmo naquelas que já existem há bastante tempo. Há, entretanto, algo novo acontecendo em todas elas. Independentemente de qual tenha sido o estoque de materialidades históricas que tenham conseguido salvar da destruição, as cidades do país vêm hoje engajando-se decisivamente num movimento de preservação do que sobrou de seu passado, numa indicação flagrante de que muita coisa mudou na forma como a sociedade brasileira se relaciona com as suas memórias. (ABREU, 1998, p. 80)

Na fala do autor (1998) é perceptível a preocupação com a formação da cultura brasileira através de bens materiais, mesmo que esses não se encontrem em grande maioria nas cidades brasileiras, por falta de conservação histórica e desaparecimento. Mas ele alerta para o surgimento de uma preocupação com a memória e identidade da sociedade brasileira, em relação a esses bens, resultando no movimento de preservação que futuramente poderá acarretar em novas funcionalidades ao patrimônio.

Acredita-se que toda cidade é histórica, produto de um processo histórico e, no caso brasileiro, pactuou-se chamar cidade histórica o valor da rememoração pela paisagem urbana, algo que está vigorosamente ligado ao passado colonial, inerente à memória nacional (COSTA, 2015). Costa (2015) apresenta que esse título, cidade histórica, é resultado da modernidade. Reforça que toda cidade possui uma história, mas no que diz respeito a essa denominação é a importância que essas cidades tiveram em um contexto social-econômico e de constituição dos Estados nacionais acerca de um momento da história dos países latino-americanos.

Segundo Costa (2015), a cidade histórica pode ser desde a sua concepção uma construção intencional que tem função memorial, ao fazer referência a um dado momento ou marca específica da nação. Pensar em cidade não está direta e imediatamente ligado à rememoração.

Abreu (1998) fala que memória é uma categoria que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações, sendo ela um elemento essencial para a

identidade de um lugar. Ao pensar em memória coletiva, em sua essência, não ocorre a ideia de que venha a ser algo individual, seria tudo aquilo que leva a acreditar que algo é importante porque carrega uma história, uma lembrança que deve permanecer conservada.

Levando em consideração Abreu (1998), é possível compreender o quão é importante a preservação dos bens culturais, pois eles carregam a história de um local que resulta na identificação de um grupo com a construção de sua cultura.

O conceito de memória é essencial nesta relação de identificação da sociedade com o patrimônio cultural, pois é algo que acontece de forma coletiva fazendo com que haja um movimento de proteção aos bens para que se conserve a história local. Comprovar esses argumentos, os relatos colhidos em campo, de moradores da cidade de Diamantina-MG, conforme segue:

*[o que você entende por patrimônio tombado?] “uai, eu vejo a questão do patrimônio tombado é a questão de preservação de histórias, de casas e leis que protegem isso.”<sup>7</sup>*

*[o que você entende por patrimônio tombado?] “são bens e imóveis cuja relevância remonta a um passado histórico cultural e de grande valor arquitetônico.”<sup>8</sup>*

*[o que você entende por patrimônio tombado?] “é... Patrimônio tombado é tudo aquilo né, que tá ligado diretamente a nossa identidade. Que deve ser preservado e que conta a nossa história e que deve ser preservado pra que essas futuras gerações conheçam também”.<sup>9</sup>*

Os sujeitos entrevistados apresentam em suas falas o patrimônio tombado enquanto advindos de leis que protegem os que fazem parte de um passado histórico cultural, ligado diretamente à preservação de histórias. O tombamento das cidades tenta manter a manutenção da feição tradicional do centro histórico. A memória relativa à armazenagem e conservação de informações faz com que exista uma relação de identidade entre a sociedade e o patrimônio.

Segundo Fonseca:

Foi numa viagem a Minas, em 1916, que Alceu Amoroso Lima e o então jovem Rodrigo Melo Franco de Andrade “descobriram” o barroco e perceberam a necessidade de proteger os monumentos históricos. Foi numa viagem para Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neo-colonial, teve despertar sua admiração pela arquitetura

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por M., morador do bairro Jardim, comerciante, em Diamantina, em 30 de março de 2016

<sup>8</sup> Entrevista concedida por R., morador do centro, em Diamantina, funcionário público, em 30 de março de 2016

<sup>9</sup> Entrevista concedida por D., moradora da Rua evangelista, em Diamantina, trabalha com tuisimo, em 30 de março de 2016

colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com jovens inquietos da Rua Bahia (Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Emílio Moura, etc.), com os quais manteve contato pessoal e correspondência a partir de então. O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros - e, por consequência, do resto do país - parte da construção da tradição nacional. (FONSECA, 1997, p. 99)

Minas Gerais guarda importante centralidade cultural nacional, por conter a maior quantidade de bens tombados no Brasil, a maioria desses monumentos foram construídos na época do ciclo do ouro e do diamante. Não só Minas Gerais, mas outros estados brasileiros também possuem edificações do período colonial e guardam grandes detalhes no período em que foram erguidos, caso de estados do Nordeste e o Rio de Janeiro.

Para Costa (2015), Diamantina-MG emergiu como símbolo e tradição atendendo a estratégias que visavam à construção de uma identidade pelo território. Há a necessidade de preservar seus bens materiais via novos empreendimentos urbanos mantendo a memória do território. A cidade reflete em que dimensão a memória histórica foi preservada nos lugares e os usos feitos desses símbolos do Brasil colônia. São esses vestígios materiais que determinam a identidade e que protegem da ação de fragmentação que o tempo pode causar. Não só Diamantina, mas outras cidades da zona do ouro e do diamante (como no Nordeste) são consideradas guardiãs da memória histórica brasileira, que resistem ao movimento acelerado do tempo e ações destrutivas do homem (COSTA, 2015).

As novas funcionalidades do patrimônio são tratadas por Costa (2015), ao argumentar que a necessidade de preservar os bens via novos empreendimentos urbanos explicita como, na modernidade, a memória e a identidade do território casam-se com a ação esmagadora do tempo, de maneira que a resignificação do patrimônio perpassa o viés da mercadoria.

Segundo Costa e Scarlato:

Lançamos um olhar sobre as cidades históricas brasileiras considerando seu espaço urbano a partir da dialética do uso e da troca, da simultaneidade da “construção” para sua “desconstrução” seguida de uma “reconstrução”, reconhecendo sua consagração nacional e internacional, juntamente com a implantação de políticas públicas ditadas e enviesadas pelo capital, como processos que promovem a “valorização do espaço” ao criar critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade, de forma seletiva e pontual em relação à totalidade; “valorização do espaço” que coloca em evidência as contradições das ações que permeiam a sociedade contemporânea de um mundo globalizado, o que transforma a realidade e o imaginário da população local, esboçando uma dialética no sentido que,

hoje, essas cidades são envolvidas pela unidade indissolúvel dos opostos: “preservação” / “mercantilização”. (COSTA E SCARLATO, 2009, p.36)

Para Costa (2015), a análise da refuncionalização do patrimônio e do reordenamento territorial das cidades barrocas deve estar para além dos limites impostos pelo tombamento. Este novo modo de olhar para o patrimônio deve ser pensado para todos que utilizam e moram na cidade.

Quando se refere à preservação do patrimônio cultural, Paes-Luchiari (2005), fala de um processo histórico seletivo que atribui valores às formas e às práticas culturais que consistem em intervenções, decisões e escolhas políticas. Por isso os bens culturais tombados representam grupos sociais hegemônicos (arquitetura colonial, igreja). Atualmente os bens simbólicos da cultura popular ganham prestígio de patrimônio cultural (artesanato, tradições imateriais) na construção da identidade nacional.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o centro histórico e se sentiam parte dele, muitos responderam que o centro fazia parte da identidade dos moradores com a cidade.

*[o que o centro histórico significa pra você? Você se sente parte dele?]* “sinto, uai, o centro histórico na realidade é a identidade da cidade, né? Porque cê pega, por exemplo, em qualquer outra cidade quando cê chega, primeira coisa que cê quer saber é “onde é o centro?” então ele representa tudo dentro de uma cidade.”<sup>10</sup>

*[o que o centro histórico significa pra você?]* “uai, eu gosto da minha cidade. Sinto parte dela, nasci aqui né? Não gosto que ninguém fale mal, apesar que vai mal, mas não gosto que ninguém fale que Diamantina é feia, que Diamantina é.. sabe? Então, eu gosto muito dela, apesar que vai mal né, as ruas em geral.”<sup>11</sup>

*[pergunta: o que o centro histórico significa pra você?]* “Ai pra mim, tudo. Porque é meu trabalho, é né. É onde eu recebo as pessoas, os turistas, que eu trabalho com turismo, faz parte da nossa história, tá muito ligado, né, a tudo esse contexto todo vivido aqui. Então representa muito bem a nossa história. *[pergunta: você se sente parte dele?]* Me sinto parte dele”.<sup>12</sup>

Mas existem contradições em relação ao sentir-se parte do centro histórico, nas entrevistas também encontramos pessoas que reconhecem o valor do centro para a cidade como patrimônio mundial, mas que não se sentem parte do centro histórico.

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por M., morador do bairro Jardim, comerciante, em Diamantina, em 30 de março de 2016

<sup>11</sup> Entrevista concedida por B., moradora do centro, professora aposentada, em Diamantina, em 30 de março de 2016

<sup>12</sup> Entrevista concedida por D., moradora da Rua evangelista, trabalha com turismo, em Diamantina, em 30 de março de 2016



*[o que o centro histórico significa pra você?] “Posso te falar a verdade? Pelo fato da minha origem não ter nada dessas coisas históricas, isso não faz muito a minha cabeça não. Porque uma das coisas que eu sempre falo, quem gosta de coisa velha, essas coisas antigas, tudo bem. Mas eu moro em Diamantina, gosto de Diamantina, devo muito a Diamantina, mas falar que essas coisas velhas entra na minha cabeça, não entra não. Eu gosto de tudo moderno (risos)”.*<sup>13</sup>

*[o que o centro histórico significa pra você?] “A gente vê muito falar de centro histórico né, é... Você vê assim Diamantina muito bem representada aí pra fora, é .. Falou que é Diamantina rapidamente o pessoal já liga JK, Chica da Silva, inclusive até carnaval. Então assim é muito interessante Diamantina ter essa identidade pra fora aí, qualquer lugar que você fala em Diamantina todo mundo conhece ou pelo menos já ouviu falar, é muito interessante isso. [Você se sente parte do centro histórico?] Não, acho que não.”*<sup>14</sup>

A partir da fala dos atores citadinos é perceptível a noção de identidade e memória que os mesmos possuem em relação ao centro histórico. Eles falam que se sentem parte mesmo não morando no sítio histórico, residindo em sua maioria na periferia. O sentir-se parte está instaurado em um discurso de proteção ao bem que todo morador deve ter com a sua cidade. Proteger, conservar e preservar são maneiras que os moradores entendem como modo de acondicionar a identidade e consequentemente a história do local.

As cidades históricas possuem elementos que precisam ser protegidos ou preservados, pois são exemplares ao mundo inteiro, reconhecidos por toda humanidade. Para atingir esses fins, são realizados diversos comitês e políticas internacionais, a fim de manter vivos esses patrimônios espalhados pelo planeta, a partir da UNESCO.

## **2.2 Diamantina: notas sobre algumas cartas patrimoniais internacionais**

O patrimônio histórico remete a uma diversidade de bens culturais e artísticos que estão relacionados à história de um lugar ou uma região, em sua maioria são considerados como forma de identificação dos moradores com o lugar. Quando um monumento passa a ser considerado patrimônio cultural da humanidade ele está representando, na teoria, toda uma civilização, não apenas o povo que vive naquele país (apesar de todas as contradições que envolvem esse ser mundial e deixar de ser, gradativamente local, como analisa Costa, 2015).

Para Choay:

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por S., morador do centro, comerciante, em Diamantina, 30 de março de 2016

<sup>14</sup> Entrevista concedida por N, morador do bairro Rio Grande, contador, em Diamantina, 30 de maio de 2016

“Patrimônio histórico”. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou as dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma “instituição e a uma mentalidade”. (CHOAY, 2001, p 11)

A autora escolhe falar primeiramente da categoria dos bens que está diretamente relacionada à vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações. Ela argumenta sobre uma atribuição ou característica que todos os bens que são considerados patrimônio histórico tem em comum, e que nos dias de hoje existe um espetáculo em cima desses bens, causando uma banalização do seu verdadeiro significado.

De acordo com o IPHAN<sup>15</sup>, o Patrimônio Cultural é determinado por um conjunto de bens existente no país (sendo eles móveis ou imóveis), sendo que a sua conservação é de interesse público. Segundo Fonseca (1997), em relação aos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que envolve o conjunto de bens, independente do seu valor histórico, artístico, etnográfico, está relacionado com o sentimento de pertencimento que uma comunidade tem com relação aos bens preservados.

O valor pode ser representado de duas maneiras, de acordo com Fonseca (1997), pode-se ter a preocupação em relação ao identificar, conservar, restaurar os bens, ou então, o valor pode estar relacionado ao pesquisar, como se gera e transmite, se reconhece e usufrui e em que ele consiste. Segundo a autora, a identidade nacional atribuída ao patrimônio ocorre pela atribuição de valores que esses bens recebem da ordem cultural basicamente histórico e artístico.

No século XIX, surgiu um pensamento mais ordenado sobre a proteção do patrimônio e começou uma organização para esses bens. Apenas no início do século XX que surgiram legislações e atitudes mais concretas sobre a prática dessa preservação. Dentre estas, surgem às cartas patrimoniais como resultados de reuniões internacionais que delimitaram questões essenciais sobre o patrimônio cultural.

Neste item, serão utilizadas as principais cartas patrimoniais que foram feitas em caráter internacional, pensando em todos os bens que fossem considerados Patrimônio da Humanidade. Pensando desde sua preservação e conservação até a sua relação com a vida cotidiana. Será apresentada a Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Normas de

---

<sup>15</sup> Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

Quito (1967), Declaração de Estocolmo (1972), Declaração de Amsterdã (1975) e Recomendação de Nairóbi (1976), dos mais importantes documentos já analisados em Costa (2012).

De acordo com Choay:

Da primeira Conferência Internacional para a conservação dos Monumentos Históricos, que aconteceu em Atenas em 1931, só participaram europeus. A segunda, em Veneza, no ano de 1964, contou com a participação de três países não europeus: Tunísia, México e Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial. (CHOAY, 2001, p. 14)

A partir deste comentário da autora, é possível perceber que no começo as conferências realizadas com a finalidade de proteger o patrimônio estava limitada a reunir apenas delegados de países europeus, deixando de lado países de outros continentes que também possuíam bens tombados e deveriam participar também dessas reuniões. Depois de muitos anos e com muitas outras conferências foi que esses países foram solicitados a participar dessas reuniões.

A primeira conferência realizada teve como resultado a confecção da Carta de Atenas (1931), documento este elaborado em um período entre guerras em que surgiu a necessidade de proteger os monumentos frente aos conflitos que estavam acontecendo no mundo, principalmente na Europa.

A Carta de Atenas (1931) foi fruto do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). De acordo com Costa (2012), foi o primeiro documento significativo que apresenta a necessidade de proteção do patrimônio de sua destruição, teve como tema a cidade funcional e uso do solo pensado de forma racional, o que resultou em uma cidade que estaria fundada em quatro necessidades básicas do ser humano – Trabalho, Lazer, Habitação e Circulação. Uma das grandes preocupações que foram postas nessa carta reside na arquitetura e no crescimento urbano, por arquitetos preocupados em preservar os monumentos e outros intencionados em criar coisas novas. A Carta de 1931, segundo IPHAN (2004), tem por objetivo se concentrar em aspectos legais, técnicos administrativos e causas que direcionam ao processo de conservação.

A Carta de Veneza (1964), de acordo com o IPHAN (2004), trata sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. A conservação e a restauração partem de um plano internacional, ainda que cada nação aplique da forma que julgar necessário, de acordo com sua cultura. O documento apresenta que para a conservação e restauração, dos monumentos, precisa da colaboração de outras ciências e técnicas para estudos e

salvaguarda dos monumentos. Para a conservação do patrimônio é necessário manutenção permanente. Esta carta mostra que o monumento é inseparável da sua história sendo testemunho do local em que se situa.

Segundo Costa (2012), a Carta de Veneza, em seu primeiro artigo, define que o termo monumento não se estende somente a grandes obras, mas também a criações modestas. Em relação à restauração, o IPHAN (2004) diz que o documento tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento. Os trabalhos de conservação e da restauração serão acompanhados de uma documentação explícita, sob a forma de relatório críticos, ilustrados com figuras. Esses documentos deverão ser guardados em órgãos públicos e com fácil acesso por pesquisadores.

De acordo com o IPHAN (2004), as Normas de Quito (1967) consistem em uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. As recomendações para esta norma se limitam, especificamente, à adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios arqueológicos, históricos e artísticos. Esta norma em nível interamericano tem por recomendação reiterar as vantagens para que os países da América adotem a Carta de Veneza (1964) como norma mundial, quando se trata de preservação dos sítios e monumentos artísticos, sem perdas ao escolher outros compromissos e acordos que se tornem aconselháveis ao sistema interamericano. Esta norma busca vincular a revalorização do patrimônio monumental e artístico dos países da América com outras nações extracontinentais. Esse documento alerta a situação de emergências dos bens e a responsabilidade que o governo Americano deve ter com relação a estes. Apresenta um perigo sobre uma possível perda de monumentos na região Iberoamericana por falta de políticas de valorização do patrimônio em conjunto a um benefício econômico.

A Declaração de Estocolmo (1972), segundo IPHAN (2004), aconteceu atendendo a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que orientem a humanidade na preservação e melhoria do ambiente humano.

Para o IPHAN (2004) a Declaração de Amsterdã (1975) consiste em um congresso que reuniu delegados de várias partes da Europa, reconhecendo que a arquitetura singular da Europa é patrimônio comum de todos os seus povos, e confirma a intenção dos Estados-membros de cooperar e proteger outros países europeus. Esta reunião afirma que o patrimônio arquitetônico da Europa é parte integrante do patrimônio cultural do mundo inteiro. Essa declaração também fala de uma participação da população nos processos de

preservação, inaugurando uma abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social e conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros “Ela instiga a reflexão sobre a busca da totalidade urbana, o entendimento do patrimônio cultural para além do objeto em si ou do objeto monumental atrativo.” (COSTA, 2012, p. 20).

A Recomendação de Nairóbi (1976), segundo o IPHAN (2004), foi realizada em relação à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Esta recomendação tem como princípio que os conjuntos históricos constituem um patrimônio universal. A salvaguarda ligada a vida coletiva deveria ser obrigação do governo com os cidadãos. A recomendação de Nairóbi define o conjunto histórico tradicional como patrimônio insubstituível e medidas de proteção (administrativas, econômicas, jurídicas, técnicas e sociais). “A arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade” (Choay, 2001, p.139).

Segundo Fonseca:

As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte. (FONSECA, 1997, p. 51)

A partir do momento que Fonseca (1997) argumenta sobre a ideia de conservação, mostra-se a necessidade de manter a história de uma obra de arte, podendo associar ao conceito de memória citado anteriormente. A memória e a identidade quando reconhecida pela sociedade surge à consciência de que a preservação é necessária não apenas ao país de origem daquele bem, mas ao mundo inteiro, partindo da ideia de que é um testemunho da cultura de um povo.

Para Choay (2001), o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais, ele agora atinge os conjuntos de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos arquitetônicos de cidade, como as que aparecem na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO.

Comitês internacionais e nacionais são estabelecidos como forma de organizar e eleger critérios para que bens espalhados pelo mundo inteiro possam ser escolhidos e preservados, como forma de proteger os testemunhos de civilizações antigas. Para um bem entrar na Lista do Patrimônio Mundial ele precisa estabelecer um Dossiê de Candidatura, como será apresentado no próximo item.

### **2.3 Diamantina e os critérios para a candidatura a Patrimônio Cultural Mundial**

Segundo o IPHAN<sup>16</sup>, no ano de 1999, Diamantina recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural Mundial. Para receber esse título é necessária, primeiramente, a realização de um inventário de bens suscetíveis de patrimonialização.

De acordo com IPHAN (2008), esse inventário se intitula em Lista Indicativa, item de extrema importância, levando em consideração se um bem não estiver na lista ao menos com um ano de antecedência, o país não poderá apresentar ao comitê do Patrimônio Mundial uma proposta de candidatura do respectivo bem. Para isto o bem proposto deve ser tombado em nível federal ou ser reconhecido de outras formas que garantir seu cuidado.

Para a elaboração do Dossiê, de acordo com o IPHAN (2008), o Estado Membro deve juntar toda a documentação necessária, segundo o modelo definido nas Diretrizes Operacionais da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, cultural e natural realizada no ano de 1972, em Paris.

O dossiê, segundo IPHAN (2008), deve atender ao formulário estabelecido pela UNESCO contendo: um dossiê propriamente dito, apresentando informações relativas à identificação do bem, do país, dados sobre a natureza político administrativa, denominação do bem, coordenadas geográficas, mapas e gráficos que exponham os limites do bem proposto e de seu entorno/zona de amortização, sua história e evolução, justificativa da inscrição, critérios em que se baseiam a proposta de inscrição com sua respectiva defesa. É importante apresentar um argumento para explicar o Valor Universal e Excepcional do bem proposto, mas nem sempre é claramente explicitado. A candidatura de um bem deve partir de um princípio de quão único é aquele patrimônio, fazendo uma comparativa global.

Para Raffestin (1993) tratar sobre território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que apesar de não estar delimitado exprime a relação entre um grupo e uma porção de espaço. A ação desse grupo gera uma delimitação.

Essa relação da noção de limite pode ser aplicada aos institutos e órgão que tratam da delimitação da área tombada, quando tratamos de conjuntos urbanísticos protegidos.

Segundo a UNESCO<sup>17</sup>, os critérios para a seleção de um bem são explicadas nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial<sup>18</sup>,

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/254>> Acesso em: 20 de mar. 2016

<sup>17</sup> Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/> Acesso em: 09 de maio de 2016

que é a principal ferramenta de trabalho sobre o Patrimônio Mundial. Os critérios são revistos regularmente pelo Comitê para rever a evolução do conceito de Patrimônio Mundial. De acordo com UNESCO (s.n.t), até o final de 2004, o Patrimônio Mundial era selecionado com base em seis critérios culturais e quatro naturais. Com a aprovação das Orientações revistas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, agora, existem apenas um conjunto com dez critérios.

De acordo com a UNESCO (s.n.t.) os 10 critérios são:

Critério (i): Para representar uma obra-prima do génio criador humano;

Critério (ii): A exibir um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento ou desenho da paisagem;

Critério (iii): Para dar um testemunho único ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

Critério (iv): Para ser um excelente exemplo de um tipo de construção, arquitetura e conjunto tecnológico ou de paisagem que ilustre (a) etapa significativa (s) da história humana;

Critério (v): ser um exemplo notável de um estabelecimento tradicional humano, uso da terra, ou uso do mar, que é representativo de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível;

Critério (vi): A ser direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias, ou com crenças, com obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. (O Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado em conjunto com outros critérios);

Critério (vii): Para conter fenómenos ou áreas de beleza natural excepcional e importância estética natural superlativa;

Critério (viii): Ser exemplos eminentemente representativos das grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro da vida, significativos em curso processos geológicos no desenvolvimento de formas de relevo, ou características geomorfológicas ou fisiográficos significativos;

Critério (ix): Ser exemplos eminentemente representativos significativa em curso processos ecológicos e biológicos na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeira e ecossistemas e comunidades de plantas e animais marinhos;

Critério (x): Para conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. (UNESCO, s.n.t, tradução nossa) <sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Para compreensão desta temática, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

<sup>19</sup> Selection criteria:

(i) to represent a masterpiece of human creative genius;

(ii) to exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design;

(iii) to bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared;

(iv) to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history;

Quando ocorre a candidatura de um bem a Patrimônio Mundial, ela precisa se encaixar em pelo menos um desses critérios. Diamantina se encaixou em três, presentes no Dossiê de Candidatura.

Os critérios atendidos para a cidade de Diamantina-MG, segundo o Dossiê , por decisão do comitê do patrimônio mundial foram:

Critério (ii): Diamantina mostra como, no século XVIII, os descobridores do território brasileiro, os aventureiros do diamante e os representantes da coroa foram capazes de adaptar modelos europeus a uma realidade americana, criando uma cultura fiel a suas origens e completamente original [...].

Critério (iv): O conjunto urbano e arquitetônico de Diamantina tão perfeitamente integrada em uma paisagem selvagem é um belo exemplo desta mistura de espírito aventureiro e refinamento, por isso é um dos elementos significativos da história humana [...].

Critério (v): Diamantina é um dos mais recentes exemplos de como o Brasil conquistou o seu território e elaborou sua cultura, é ainda mais excepcional que esteja relacionada a um sistema agrícola tão raro como o seu objeto: o diamante [...]. (IPHAN, s.n.t. , p.2, tradução nossa)<sup>20</sup>

Estes critérios são essenciais para entender que Diamantina-MG possui o Valor Universal e Excepcional que a Convenção de 1972 exigiu para os bens que entrassem na Lista do Patrimônio Mundial. A implantação de uma arquitetura europeia em um local na América com a geomorfologia e clima diferentes do europeu traz para Diamantina uma

---

(v) to be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change;

(vi) to be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance. (The Committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction with other criteria);

(vii) to contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance;

(viii) to be outstanding examples representing major stages of earth's history, including the record of life, significant on-going geological processes in the development of landforms, or significant geomorphic or physiographic features;

(ix) to be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological processes in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals;

(x) to contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of outstanding universal value from the point of view of science or conservation.

<sup>20</sup> “Critère II: Diamantina montre comment au XVIIIème siècle, les découvreurs du territoire brésilien, les aventuriers du diamant et les représentants de la Couronne surent adapter des modèles européens à une réalité américaine, créant ainsi une culture à la fois fidèle à ses origines et tout à fait originale.

Critère IV: L’ensemble urbain et architectural de Diamantina si parfaitement intégré à un paysage sauvage est un bel exemple de ce mélange d’esprit aventurier et de souci de raffinement qui est l’un des éléments significatifs de l’histoire humaine.

Critère V: Diamantina, est l’un des derniers exemples de la manière dont le Brésil a conquis son territoire et élaboré sa culture, Il est d’autant plus exceptionnel qu’il est lié à un mode d’exploitation aussi rare que son objet : le diamant.”



característica própria em relação ao seu conjunto arquitetônico. A formação de sua cultura chama a atenção pelo contexto em que os Arraiais foram se desenvolvendo, até se transformarem em Vilas e por fim se aglutinarem no município de Diamantina. A mistura do espírito aventureiro dos bandeirantes e garimpeiros que chegaram ao local à procura de ouro, com os escravos e as pessoas enviadas pela coroa para controlar a retirada do ouro e diamante em Diamantina, são elementos que se fundem à memória local dos moradores.

Segundo IPHAN (s.n.t), Diamantina-MG é protegida pela federação através do Decreto-lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, como já foi citado anteriormente no primeiro item deste capítulo. O conjunto arquitetônico de Diamantina foi classificada pela federação, de acordo com a ata 64-t-38, número de registro 66, no livro de Belas Artes, volume 1, folha 12, de 16 de Maio de 1938.

De acordo com o IPHAN (s.n.t), a justificativa para a inscrição de Diamantina está dividida em vários itens, como: declaração de valor, análise comparativa, autenticidade e integridade e critérios pelos quais a inscrição é proposta. Esta cidade se destaca por representar uma situação única na América, como “produtora” de diamante. Diamantina foi à primeira da região Ocidental, desde o século XVIII, com produção abundante de diamante.

A figura 3 apresenta a Catedral Metropolitana de Santo Antônio, monumento que representa o estilo neo barroco, igreja esta que foi reconstruída em 1938, e que possui características que diferenciam a paisagem da cidade.



**Figura 3: Catedral Metropolitana de Santo Antônio. Foto da autora/abr. 2016.**

Diamantina é significativa na indicação da formação territorial e da cultura brasileira. Segundo IPHAN (s.n.t), o território dos diamantes contribuiu para a compreensão do barroco latino-americano. A presença do IPHAN acompanhando o crescimento da cidade, fez com que prevenisse as alterações que poderiam modificar as especificidades do centro histórico e também rejeitou a falsificação de novas arquiteturas e equipamentos urbanos.

Pensando na nova atribuição de valor aos bens, o patrimônio caminha para o consumo cultural. Cidades que antes eram invisibilizadas pela sociedade, despontam com diversos investimentos em seu centro histórico e ganham espaço no cenário do turismo. Essa dinâmica faz com que monumentos que antes não eram conhecidos, hoje passam a ser preservados por instituições que cuidam do patrimônio.

Segundo Raffestin (1993), o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Todas as relações que envolvem resultam num campo de poder. Qualquer projeto expresso no espaço revela a imagem desejada de um território, local de relações.

Através do argumento do autor, identificamos as relações que fazem do território de Diamantina um campo de disputa e de poder. Desde a época da intensa exploração do diamante até os dias de hoje, ocorrem disputas por um espaço no centro histórico, seja por comerciantes ou por moradores que não conseguem ter acesso a essa área por conta da expressiva valoração do espaço através do seu tombamento e título de Patrimônio Histórico e de ser uma centralidade funcional.

Com relação às políticas e programas relativos ao desenvolvimento dos bens culturais, de acordo com IPHAN (2008), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem que interferir no controle das transformações urbanas, analisando as intervenções nos itens listados, que corresponde à fase inicial da preservação do local, quando não havia muitas solicitações para obras e reformas no “grupo de casas”. Nos últimos 50 anos, é perceptível um crescimento urbano em volta do centro antigo, ainda sujeito ao controle do IPHAN, mesmo sem ter um plano de preservação.

Segundo a Declaração retrospectiva<sup>21</sup> de Diamantina, foi promulgada uma lei municipal (nº 035/99)<sup>22</sup>, recomendada pelo ICOMOS<sup>23</sup>, para fins de reconhecimento do sítio histórico, que estabelece parâmetros para uso e ocupação do solo, tanto no conjunto histórico quanto nas áreas que ficam ao seu redor, incluindo no pé da Serra dos Cristais. Para a garantia de proteção a legislação envolve a criação do Grupo de Apoio Técnico (GAT), a fim de promover a revisão conjunta entre o IPHAN e o Governo Municipal de novos projetos de construção em áreas que rodeiam o sítio histórico.

O aumento de novas construções próximas ao centro histórico e a necessidade de preservação dos bens nele localizado, exige do governo e do IPHAN meios para proteção do conjunto urbanístico. A partir dessa necessidade, surgem programas de governo como o Programa Monumenta e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, como tentativas de melhorar pontos elencados pelo governo, mas que não atribui os elementos apresentados pela população.

Buscou-se neste capítulo discutir o patrimônio em duas escalas: a nacional, trazendo uma retrospectiva da história da preservação no Brasil, desde as primeiras mobilizações até as primeiras reuniões para proteção; logo após é tratado à escala mundial,

---

<sup>21</sup> Retrospective statement of outstanding universal value (2012) Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Diamantina%20RSOUV.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2016

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/0035LeiComplementar.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2016

<sup>23</sup> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa "International Council of Monuments and Sites"

trazendo as cartas patrimoniais que dão base para medidas de proteção ao patrimônio no mundo inteiro. Não deixando de apresentar a fala dos sujeitos, com a intenção de trazer a memória como elemento essencial para compreender o processo. Por fim, fez-se uma breve análise dos critérios que são utilizados para salvaguarda destes conjuntos urbanísticos. No próximo capítulo, será tratada duas importantes políticas patrimoniais em Diamantina-MG, apresentando como elas atingiram os bens culturais e a população de forma geral.

### **3. POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO EM DIAMANTINA**

Quando se trata de políticas públicas para preservação e conservação do patrimônio logo se pensa em esforços do governo para desenvolver projetos, que contenham não apenas recursos financeiros do Estado, mas também a parceria privada para manter esses incentivos.

Segundo Fonseca (1997), as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada aos valores das camadas cultas.

A noção de patrimônio cultural, para Castriota (2009), sofre uma ampliação graças à contribuição da antropologia, integrando os grupos e seguimentos sociais que se encontravam à margem da história e cultura dominante. A noção de cultura deixa de ser exclusivamente culta e passa a englobar as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Nesta cultura erudita eram consideradas apenas as edificações, principalmente as que surgiram no barroco, sem levar em consideração o público e seus costumes, distanciando a população do sentimento de pertencimento ao patrimônio.

Castriota (2009) diz que para decidir o que é patrimônio, não os bens materiais por si mesmos, mas, os valores que neles são incorporados, é indispensável examinar sempre o porquê e como o patrimônio é valorizado, e por quem.

Para este capítulo foram escolhidos dois programas importantes de preservação do patrimônio nas cidades históricas. O primeiro é o Programa Monumenta e o segundo PAC Cidades Históricas.

O Programa Monumenta (1998) foi uma ação estratégica do Ministério da Cultura. Esta política tem por objetivo promover a recuperação e preservação do patrimônio histórico, acompanhado do desenvolvimento econômico e social local. Interessante entender como essa política pública poderia atingir a população, sendo que a maioria dos moradores desconhecem ações desenvolvidas por ela.

O Monumenta tentou promover a capacitação da mão de obra especializada em restauro, em contrapartida os moradores reclamam da falta de oportunidade de cursos e empregos na cidade, principalmente nessa área do patrimônio. Esta política utilizou uma parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para liberação de recursos financeiros para iniciar as intervenções, importante pensar que as cidades que foram escolhidas para esse programa necessariamente deveriam ser aquelas com potencial

para retorno breve dos recursos investidos. As cidades contempladas por esse programa são: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), **Diamantina (MG)**, Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG).

O PAC Cidades Históricas foi escolhido para essa pesquisa por se tratar de uma política que tem por princípio implantar, restaurar e requalificar pontos específicos da cidade. Indagar-se até que ponto este programa atingiria a população, levando em consideração que os sujeitos não ouviram falar dessas iniciativas, e que quando viram acontecer não sabiam explicar ou contar o porquê ou para quem foi feito. Pensando nessas políticas, tentou-se observar também se essas intervenções aconteceram nos bairros que ficam próximos ao centro, tendo em vista que a maioria dos projetos foi destinada para dentro do limite da área tombada.

No entanto, antes de mencionar o primeiro programa é necessário conhecer de onde derivou essas políticas de preservação.

No século XVIII, Diamantina tornou-se uma das maiores lavras de diamantes do mundo ocidental. De acordo com IPHAN (2009), as atividades nos garimpos produziram grande riqueza para uma nobreza luxuosa, que usou parte da fortuna na construção de sobrados e outros monumentos. O formato do conjunto histórico, com arquitetura original sobre um terreno irregular, cria espaços que valorizam as edificações e paisagens. Essa descrição, alinhada ao conjunto arquitetônico, caracteriza a riqueza deste sítio histórico que recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1999.

A partir da década de 1970, segundo Costa (2010), o IPHAN estaria sobrecarregado de compromissos preservacionistas, quando a ideia de descentralizar as políticas preservacionistas no Brasil foi posta em debate. A expansão considerável da política de preservação em vários programas e órgãos federais contribui à criação de superintendências do IPHAN em âmbitos estaduais e municipais, o que acarreta novas estruturas e legislações ao patrimônio cultural. Com a impossibilidade de manter a conservação e manutenção, verifica-se um processo de descentralização das políticas de preservação.

O interesse na preservação da cidade não é uma questão recente para o IPHAN. Um ponto importante colocado por ele (IPHAN, 2009) diz que de uma maneira ou de outra, os

centros históricos mais significativos estavam todos protegidos até meados dos anos 1970, quando o processo de urbanização chega ao seu ápice.

Os centros históricos estavam tombados, mas não existiam campanhas de preservação e conscientização da população, para que se conservassem aqueles bens. Com a falta de cuidado e manutenção dos sítios históricos, eles acabaram no esquecimento e foi a partir das políticas de preservação do patrimônio que puderam ser recuperados, mesmo que as intenções dessas políticas não fossem somente revalorizar esses centros, era necessário um retorno para os seus investidores, e foi a partir do turismo que isto aconteceu.

Costa (2010) diz que, na década de 1970, muitas reuniões e encontros foram realizados com representantes de estados, delegados de cidades tombadas e dirigentes de órgãos que, de algum modo, poderiam auxiliar no problema dos conjuntos urbanos como, por exemplo, a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Logo, percebe-se a tendência à criação de órgãos específicos de preservação do patrimônio cultural e políticas urbanas.

Em 1973, foi criado o Programa Cidades Históricas (PCH). De acordo com Corrêa (2014), foi implementado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com foco na recuperação das cidades históricas do Nordeste. Esse programa foi coordenado pelo Ministério do Planejamento e não pelo IPHAN, cuja proposta do Programa era de possibilitar maior eficiência aos investimentos públicos. Além disso, buscava a descentralização da política por meio da sua execução pelos estados, aplicando recursos na área de patrimônio cultural.

Corrêa (2014) diz que o Programa Cidades Históricas é resultado de atividades desenvolvidas na década de 1960 e início da década de 1970, principalmente do “*Encontro de Governadores*” (Brasília 1970, Salvador 1971), citado no capítulo anterior. O programa pode ser considerado como uma das iniciativas do governo militar para ajustar a economia do país, após uma crise na década de 1960. Uma das principais preocupações era o desejo de desconcentração da renda e da população na região Sudeste.

Apesar de ser um programa de cidades, o enquadramento de projetos financiáveis visava, essencialmente, a recuperação física dos monumentos, não constituindo uma visão global e compreensiva dos sítios históricos (CORRÊA, 2014). Com o tempo as propostas dos programas foram sendo aperfeiçoadas, tentando levar em consideração a relação da recuperação do bem com a ajuda da população.

Este programa, implantado no Nordeste, foi o pioneiro em políticas preservacionistas no Brasil. A partir dele é que foram inseridos políticas do mesmo porte em outros estados, principalmente em Minas Gerais.

Segundo Costa (2010), a valorização simbólica do patrimônio propiciada pela política implementada pelo Estado Novo (que teve como símbolo o barroco mineiro) e ações de descentralização da política de preservação do patrimônio no Brasil, respeitando conceito, normas e diretrizes internacionais, são eventos que, no limite, projetam as cidades históricas mineiras, em especial Diamantina, nos cenários nacional e internacional.

No Brasil, o modelo da preservação do patrimônio esteve ligado à ideia de construção de uma nacionalidade, lidando com recursos públicos para as atividades de restauro dos bens culturais, as políticas de patrimônio eram inteiramente função do Estado (COSTA, 2010). Hoje, com a descentralização das políticas de preservação e a parceria público-privado, a responsabilidade não está mais totalmente ligada ao Estado, em relação às políticas urbanas. O governo não assumiu a manutenção de todos os bens sozinho, por isso estimulou ou buscou parcerias privadas.

Segundo Corrêa (2014), a degradação do centro histórico e políticas urbanas são estudadas há pelo menos cinco décadas no Brasil. Porém, muitas ações do Estado brasileiro que buscam enfrentar as situações são pouco estudadas, ocasionando pouco conhecimento sobre o que já foi feito.

Segundo Tozi (2007) no início era chamado de “Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano” (1997), o Programa Monumenta propõe uma linha de financiamento para a preservação do patrimônio cultural federal, da qual a contratação teria baseado pelo critério de avaliação dos bens patrimoniais urbanos em maior risco de deterioração, localizados em municípios que estivessem aptos a sustentar a manutenção dos bens após os investimentos.

Em dezembro de 1999, de acordo com Tozi (2007), foi assinado o contrato de empréstimo nacional para a execução do Programa Monumenta, investimento que previa a recuperação física dos monumentos das cidades selecionadas e que gerasse uma revitalização econômica e social natural nas áreas de intervenção. O contrato de empréstimo aconteceu no mesmo ano em que Diamantina recebeu o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

O Monumenta favorece a estetização da paisagem urbana na expectativa de venda de uma singularidade calcada na universalidade-excepcionalidade apontadas pelos órgãos



de conservação e preservação (COSTA, 2015). Essas características são as que fazem com que o bem cultural se candidate a lista de inscrição ao patrimônio mundial da humanidade.

[...] o Programa Monumenta, um paradigma no campo da política de patrimônio cultural, fruto da operacionalização do capital sobre o território, tendo como principais agentes de produção do espaço: o Estado (esfera municipal, estadual e federal) conjuntamente aos agentes de mercado (cujo expoente é o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, que financia o Programa). A partir dessa operacionalização, identificamos a fragmentação do espaço urbano ou o rebatimento do Programa sobre o território, o que nos dá subsídios para a análise da dialética do uso e da troca, da “preservação”/mercantilização e da “construção destrutiva” que envolve os bens culturais do mundo, de forma particular em Diamantina. (COSTA, 2010, p.203)

A composição financeira do programa, segundo Costa (2010), é constituída por recursos da união, municípios, estados e iniciativa privada. Os recursos do Projeto de cada cidade especificamente são constituídos de 70% de contribuição federal, aí incluídos os valores referentes ao contrato de Empréstimos junto ao BID, e 30% de contrapartida municipal e estadual. No que concerne a Diamantina, a prefeitura municipal contribuiu com os 30% dos recursos investidos em seu projeto.

Sob a coordenação técnica paralela do IPHAN e apoiado pela UNESCO, o programa desenvolveu duas linhas de atuação nas áreas de conjuntos históricos urbanos: o aporte de financiamento público na restauração e adaptação dos imóveis e espaços públicos; e uma linha de financiamento administrada pela Caixa Econômica Federal (parceira do MONUMENTA), com taxas de juros a 0%, para a recuperação dos imóveis particulares localizados nas áreas de projeto. (TOZI, 2007, p.115)

Ainda segundo Tozi (2007), o programa foi o maior contrato financeiro da história das políticas oficiais de preservação no Brasil, a parceria entre o BID, MinC (representando o governo brasileiro) e os governos estaduais e municipais, tornam o Monumenta a principal iniciativa de Planejamento Estratégico Urbano na área da cultura, implementada no país.

O Monumenta teve por objetivos gerais, de acordo com Tozi (2007), conceitos de sustentabilidade, replicação de iniciativas similares e diversificação do uso do bem patrimonial protegido, tendo como cenário a melhor distribuição do orçamento público destinado a preservação do patrimônio cultural.

Picanço (2009) diz que sabendo que a restauração deve ser usada em casos excepcionais, o Programa Monumenta emprega o termo restauração para os imóveis públicos, e recuperação para imóveis privados.

Assim o Programa lida com dois critérios diferenciados de intervenção. Segundo a Picanço (2009), de um lado, para os prédios públicos são utilizados os critérios apresentados pela Carta de Veneza, em que é necessário deixar marcada na edificação sua história, em respeito à autenticidade do monumento. Por outro lado, relacionado aos imóveis privados, “a postura adotada pela Carta de Veneza: não é respeitado o tempo histórico e é buscado recuperar o estilo da edificação, voltando a um tempo histórico que, normalmente, no caso das intervenções em centros históricos brasileiros, é o do Brasil colônia.” (PICANÇO, 2009, p. 33)

De acordo com Costa (2010), o programa deveria atingir seus fins quando as áreas do projeto mantivessem suas características restauradas sem necessidade de recursos federais adicionais para sua preservação; teria alcançado seus objetivos, ainda, quando a estratégia usada para desenvolver esse programa for também usada para recuperar sítios nele não incluídos, independente da participação do BID no financiamento.

O público alvo de Programas deste porte segundo Costa (2010), não é aquele que tem o patrimônio como fonte de identidade e história. O objetivo do modelo de intervenção é atingir o consumidor que deve usar o bem cultural como mercadoria.

É perceptível que as ações do Monumenta, em Diamantina, foram dirigidas a pontos específicos da malha urbana, em uma tentativa de valorizar bens cujo valor simbólico sobressai o núcleo tombado (COSTA, 2010). Esta afirmação é facilmente perceptível ao observar o centro histórico da cidade, onde o patrimônio em sua maioria está bem conservado e é utilizado para a prestação de serviços à comunidade e aos turistas, com restaurantes, comércio e pousadas.

Torna-se mister enfatizar que o Programa Monumenta pode ser tratado como a síntese de todas as ações históricas que rebatem sobre os territórios de identidade no/do Brasil, quando se torna o primeiro programa nacional de patrimônio que tem como subsídio o capital estrangeiro, representado por um dos arquitetos do mundo, o BID. O Programa Monumenta, indubitavelmente, emerge como produto de uma histórica e indissociável valorização simbólica e economicamente, nos cinco momentos distintos e consecutivos de sua história, cuja elucidação favorece-nos o entendimento da ressignificação que as abarcam em seu percurso. (COSTA, 2015, p. 136)

De acordo com Costa (2015), em Diamantina, houve investimento por parte do Monumenta, em infraestrutura do centro. O programa soube aproveitar a forma urbana da cidade e buscou uma convergente estetização desses espaços públicos, como é possível observar em algumas praças da cidade. Conforme o IPHAN (2009),

No início dos trabalhos, o Programa promoveu, para cada cidade, análises detalhadas das condições físicas, econômicas e sociais. O diagnóstico identificou as possibilidades que a cidade teria de garantir a sustentabilidade financeira do projeto e, a partir daí, definiu-se um conjunto de ações a serem implementadas. Esse conjunto de estudos e propostas foi chamado Perfil do Projeto. As ações do Programa compreendem a restauração de monumentos nacionais, requalificação urbanística de espaços públicos, financiamento para a recuperação de imóveis privados, fortalecimento institucional, capacitação, promoção de atividades econômicas e educação patrimonial. Todas as cidades, independentemente do porte, da estrutura social ou da dinâmica local, deveriam desenvolver todas essas ações. (IPHAN, 2009, p.19)

A fundação do sítio urbano de Diamantina ocorreu em 1713, seu tombamento ocorreu em 1938. Na área protegida são localizados 1.300 domicílios e a área protegida são 66 hectares (IPHAN, 2009). Apesar de ter sido tombada na década de 30, a cidade ficou invizibilizada por muito tempo, foi apenas na segunda metade do século XX que recebeu iniciativas para proteção do seu sítio histórico.

As obras realizadas pelo Monumenta na cidade, de acordo com IPHAN (2009), ocorreram no Mercado Velho, Sobrado do Intendente (Museu de Arte Sacra), Cadeia Velha e Igreja São Francisco. Em relação a imóveis privados é destacado o que fica localizado na Rua Vieira Couto, 210. Em espaços públicos, as obras estavam localizadas nas Praças Barão de Guaicuí e Monsenhor Neves. Nas figuras 4, 5 e 6 podemos observar alguns desses monumentos presentes no município e como eles estão após as obras de restauração.



**Figura 4: Imóvel privado localizado na Rua Vieira Couto, 210. Foto: Google Maps, Street View/ jun. 2016.**



**Figura 5: Mercado Velho. Foto da autora/ maio 2016**



**Figura 6: Cadeia Velha. Foto da autora/ maio 2016**

Ainda segundo o IPHAN (2009), as dificuldades enfrentadas para a implementação dos financiamentos em Diamantina foram comuns às das demais cidades integrantes do Monumenta. O processo de análise das propostas foi mais lento que o esperado e os interessados demoraram em reunir a documentação exigida. A entrevista abaixo denota a percepção da política patrimonial por parte de uma moradora, que tem conhecimento que existem ações desenvolvidas para a recuperação de casas com características semelhantes a do centro histórico:

*”Aquele Monumenta é sobre assim, é. como se diz... reforma de casas né, essas coisas. Uai, até teve um tempo aqui mais parou né, inclusive minha casa é tombada pelo patrimônio, porque é casa antiga. A gente tava até comprando, há uns tempos atrás, há uns cinco anos atrás, teve esse projeto*

*aqui em Diamantina. Mas parece que, não sei se a verba acabou, e nem teve mais, né. A gente tava até com os papéis tudo arrumadinho pra poder reforma dela, e acabou que ninguém falou mais nada. [...] Tem cinco anos, meu marido teve problema de saúde e a gente já tava com a documentação toda arrumada, já tinha feito a planta, documentação toda arrumada, aí ele adoeceu, foi pra tratamento em Belo Horizonte, aí quando a gente voltou, pronto também. Parece que a verba que tinha reformou as que já tava no plano e já tinha começado, sabe. E as outras ficaram, muitos já tava com o plano de coisa, e não conseguiu não, até hoje, cinco anos já, foi em 2011.”<sup>24</sup>*



**Figura 7: Casa da moradora entrevistada, Bairro Santo Inácio. Foto da autora/ maio de 2016.**

Na figura 7 temos a casa onde mora o sujeito da fala anterior, pode ser percebido que as duas casas ao lado foram revitalizadas menos a dela, apesar de ter reunido toda a documentação para a obra da casa, a moradora não conseguiu aderir a política que tinha por objetivo a reforma da fachada de casas com características do período colonial.

Costa (2010) não acredita que a implementação do Programa Monumenta tenha ocorrido valorizando bens representativos de todas as épocas, etnias e ciclos econômicos diferentes de todas as regiões do país. Se forem observadas as cidades que o programa contempla, estas são os principais roteiros turísticos do país. Ainda, a seleção desses bens ocorre de forma a não se levar em consideração as necessidades reais e plurais da população, mas inclui interesses ligados à organização econômica estabelecida também nos mecanismos turísticos, quase sempre elitizados.

Já o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a outra política a ser aqui abordada, segundo IPHAN (s.n.t.), é uma iniciativa do Governo Federal comandada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de

<sup>24</sup> Entrevista de G., 60 anos, moradora do Bairro Romana (Santo Inácio), em Diamantina, em 27 de maio de 2016.

grandes obras de infraestrutura energética, logística e a chamada social e urbana. Em 2011, o programa atingiu sua segunda fase, com a mesma linha de pensamento aperfeiçoado pela experiência da fase anterior, com mais recursos e parcerias entre municípios e estados. Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou uma linha destinada apenas aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, surgindo o PAC Cidades Históricas. Este programa ganha um aspecto que vai além da intervenção física nos monumentos e confirma o pertencimento dos cidadãos em relação à cultura brasileira.

Castriota (2009) diz que as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Isso fica evidente no discurso anterior em que o programa tem por intuito confirmar a congruência do cidadão à cultura brasileira, através da preservação dos bens culturais. Porém, os bens protegidos são escolhidos pelas instituições, deixando de fora da escolha o cidadão e o que realmente gera nele o sentimento de pertencimento local.

De acordo com IPHAN (2014), o PAC Cidades Históricas tem por objetivo requalificar o Patrimônio Cultural Brasileiro, tornando o patrimônio cultural em eixo indutor e estruturante na geração de renda, na agregação social e na afirmação identitária das cidades protegidas operando de seu potencial econômico e simbólico. O PAC busca também contribuir para o ordenamento e planejamento das cidades brasileiras sob proteção federal. Este programa tem por desafio superar a atuação fragmentada entre os diferentes níveis de governo e a sociedade, de forma a constituir planejamento visando aprimorar as ações e os recursos. Estabelecer estratégias de preservação do patrimônio cultural aliadas ao desenvolvimento social, econômico e urbano. O desafio na esfera municipal, estadual e da união surge com a descentralização ocorrida na década de 1970, equilibrar o planejamento nessas três escalas acaba sendo uma dificuldade.

As diretrizes, segundo o IPHAN (2014), levam em consideração todo o território municipal para suas análises, não se restringindo à delimitação da área tombada. Outro aspecto é o de efetuar uma interpretação da cidade, considerando os problemas relativos à preservação, urbanização, desenvolvimento social e dinâmica econômica. O patrimônio deve ser o eixo central das diretrizes.

O IPHAN (2014) mostra que o foco de atuação do PAC está na requalificação urbanística, na infraestrutura urbana e social, no financiamento para a recuperação de imóveis privados e no desenvolvimento do Patrimônio Cultural.

Os principais desafios para o desenvolvimento do programa, segundo o IPHAN (2014), são a falta de capacidade institucional resultado de uma carência de profissionais e estrutura, e o baixo interesse municipal em proporcionar ações estratégicas para o desenvolvimento de políticas desse porte. O planejamento permitido encontra dificuldades em garantir ações que sustente a política a longo prazo. A ausência de acompanhamento minucioso é outro ponto, resultando na criação de Comitês Estaduais.

**Figura 8 - PAC Cidades Históricas PAC 2 – Eixo Cidade Melhor**



Fonte: PAC Cidades Históricas (IPHAN, 2009)<sup>25</sup>

A figura 8 espacializa as localidades contempladas pelo PAC2. É possível observar as regiões e estados em que foram destinados recursos para a execução do programa. O Programa de Aceleração do Crescimento passou por duas fases: a primeira focada na

<sup>25</sup> Informações retiradas da cartilha do IPHAN, Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC\\_2\\_Cidades\\_Historicas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf)> Acesso em: 28 de maio de 2016



execução de grandes obras de infraestrutura social e urbana, já a segunda fase teve como eixo obras estruturantes que pudessem melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. O PAC2 foi realizado em 44 cidades e em 20 estados.

Essa segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento foi a que de fato direcionou recursos financeiros às cidades históricas. Foram grandes investimentos feitos via IPHAN, a fim de conservar monumentos que são importantes para a história do Brasil.

Abaixo temos uma tabela com as cidades atendidas pelo PAC Cidades Históricas, e o tipo de intervenção que foi solicitado para cada uma delas.

**Tabela 1: Cidades históricas contempladas pelo PAC 2**

Marechal Deodoro (AL)	Restauração de igrejas e requalificação de largos.
Penedo (AL)	Implantação da Escola Náutica e do Centro de Referência do Rio São Francisco.
Manaus (AM)	Requalificação de praças da área central, entre elas a Praça XV.
Itaparica (BA)	Restauração de igrejas e do píer de atracação.
Maragogipe (BA)	Restauração dos principais monumentos tombados.
Salvador (BA)	Intervenções no Pelourinho, Barroquinha, Frontispício e Cidade Baixa. Retomada da relação entre Cidade Alta e Cidade Baixa.
Santo Amaro (BA)	Restauração de monumentos e implantação de Campus da UFRB.
Aracati (CE)	Restauro do Teatro, do Mercado, de igrejas e do Museu.
Fortaleza (CE)	Restauração do Complexo Ferroviário para implantação da Casa do Patrimônio, Centro de Referência de Arqueologia no Ceará e do Centro de Referência de Documentação da RFFSA.
Sobral (CE)	Requalificação das principais praças, museus, igrejas e dos galpões da antiga fábrica de tecidos para ampliação do Campus da UFC.
Goiânia (GO)	Restauro da antiga estação ferroviária e requalificação da Praça Cívica.
Goiás (GO)	Restauração do Mercado, do Cine Teatro, da Escola de Artes e do arquivo diocesano.
São Luís (MA)	Mais de 40 ações em igrejas, fortaleza, estação ferroviária, monumentos e imóveis protegidos.
Belo Horizonte (MG)	Ações no Conjunto Ferroviário da Praça da Estação e no conjunto da Pampulha
Congonhas (MG)	Requalificação do eixo Romaria-Basílica de Bom Jesus de Matosinhos e ações no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
<b>Diamantina (MG)</b>	<b>Requalificação de espaços públicos, restauração de monumentos, igrejas, museus e implantação do Parque da Serra dos Cristais</b>
Mariana (MG)	Mais de 20 ações de restauração integral em monumentos, casarões, igrejas e museus na área protegida



Ouro Preto (MG)	Restauração do patrimônio religioso da cidade e de outros espaços públicos
Sabará (MG)	Requalificação da Rua D. Pedro II, restauração de igrejas, museus e monumentos tombados
São João Del Rei (MG)	Restauração do Complexo Ferroviário e do patrimônio religioso tombado
Serro (MG)	Requalificação do eixo Matriz/Matosinhos e Córregos Lucas/Quatro Vinténs, restauração de igrejas e monumentos, Mercado e Museu
Corumbá (MS)	Restauração de monumentos e Mercado, requalificação de praças e da Igreja de Nossa Senhora da Candelária
Cuiabá (MT)	Restauração de casarões, igreja e requalificação do conjunto de praças do Centro Histórico
Belém (PA)	Requalificação da Feira Ver-o-Peso restauração dos palácios, arquivo público, cinema, Cemitério da Solenidade e requalificação de conjunto de praças do Centro Histórico
João Pessoa (PB)	Requalificação integral da área do Antigo Porto do Capim para implantação de complexo cultural e restauração de igrejas e imóveis da cidade alta
Fernando de Noronha (PE)	Restauração dos Fortes, ruínas e pátios seculares da Vila dos Remédios
Olinda (PE)	Restauração e requalificação de igrejas, largos, praças, de monumentos tombados e implantação do Centro de Memória da cidade
Recife (PE)	Requalificação do Mercado São José, restauração de igrejas, conjunto do Carmo e Museu da Abolição
Parnaíba (PI)	Restauração do Complexo Ferroviário, do conjunto do Porto das Barcas e de monumentos e igrejas do Centro Histórico
Antonina (PR)	Restauração do Armazém Macedo, de Igrejas e da estação ferroviária
Rio de Janeiro (RJ)	Restauração de diversos monumentos, entre eles o Palácio Gustavo Capanema, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Antigo Automóvel Clube e o Museu do Trem.
Vassouras (RJ)	Restauração de casarões, incluindo a antiga casa do Barão de Vassouras, Casarão do Asilo Barão do Amparo e Museu da Casa da Hera
Natal (RN)	Restauração do Forte dos Reis Magos, do Teatro Alberto Maranhão e a requalificação das praças do Centro Histórico
Jaguarão (RS)	Restauração do Mercado, do Cine Regente, de imóveis do Centro Histórico e requalificação da praça e Largo das Bandeiras
Pelotas (RS)	Restauração do Theatro Sete de Abril, galpões da estação ferroviária e implantação do Museu da Cidade de Pelotas
Porto Alegre (RS)	Requalificação das praças da Matriz e da Alfândega, restauração de museus e monumentos
São Miguel das Missões (RS)	Implantação do Complexo Cultural do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo e requalificação urbanística em seu entorno
Florianópolis (SC)	Restauração da Antiga Alfândega, do Mercado Público, Museu Victor Meirelles e das fortalezas da ilha de Santa Catarina
Laguna (SC)	Requalificação urbanística do Centro Histórico, restauração dos clubes, da casa Candemil, da casa de Anita Garibaldi e

	da antiga estação rodoviária
Aracaju (SE)	Restauração do Complexo Rodoviário e da praça dos Expedicionários
São Cristóvão (SE)	Restauração do Convento de São Francisco e do Museu de Arte Sacra, de igrejas e outros monumentos do Centro histórico
Iguape (SP)	Restauração da Antiga Casa de Fundação, do Paço Municipal e do Sobrado do Toledos
Vila de Paranapiacaba - Santo André (SP)	Restauração dos galpões do Complexo Ferroviário e dos imóveis da Vila Martin Smith
São Luiz de Paraitinga (SP)	Requalificação urbanística do Centro Histórico e da margem do Rio Paraitinga

Fonte: IPHAN<sup>26</sup>

O PAC cidades históricas fez o papel de uma política urbana, via patrimônio, pois levou infraestrutura às cidades. A patrimonialização incentivou ações políticas que promovessem a imagem do planejamento territorial e a valorização da cultura como forma de consumo. O IPHAN, como analisado nos capítulos anteriores, foi responsável pela visibilidade do patrimônio no Brasil.

Segundo o IPHAN (2009), a imagem do crescimento das cidades como algo vertiginoso e incontrolável favorece o entendimento de que tanto a compreensão do problema quanto os planos de intervenção tenham chegado tardiamente em relação aos processos de degradação verificados nos sítios históricos.

É grande a responsabilidade dos entes públicos, de acordo com o IPHAN (2009), sobre os resultados ainda tão modestos quando se fala em reversão dos processos de esvaziamento residencial das áreas centrais das cidades históricas.

Grande parte das dificuldades, segundo Castriota (2009), deriva de um duplo impasse: a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais.

Castriota (2009) diz que sob a rubrica da “conservação urbana”, por exemplo, implementam-se, hoje, políticas com pressupostos, objetivos e estratégias as mais diferenciadas, algumas das quais muito distante da ideia inicial da “conservação integrada”. O autor fala sobre políticas imobilistas, em que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando algumas partes das cidades em museus a céu aberto, e de políticas que buscam uma revitalização econômica a qualquer custo,

<sup>26</sup> Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC\\_2\\_Cidades\\_Historicas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf) >  
Acesso em: 26 de maio de 2016

destroem relações sociais, expulsando a população e gerando uma intensa gentrificação<sup>27</sup> em áreas que se deseja conservar.

Costa (2010) menciona a necessidade de novas diretrizes para a redefinição das práticas de preservação no país, e especificamente em Minas Gerais, na medida em que o estado e os municípios figuram-se como agentes interessados na preservação de seus bens como demonstrado na tabela anterior. Para o autor, a busca do patrimônio ou sua análise deve incorporar a dimensão da totalidade urbana ou a totalização da urbanização com todas suas contradições, para que a própria preservação deixe de ser uma utopia necessária e passe a figurar como realidade social.

A manutenção dos sítios vai sendo incorporada às políticas urbanas e articulada ao desenvolvimento local e, as vezes, regional, via circuitos turísticos. O marco para a transformação valorativa dos objetivos de preservação do nosso acervo arquitetônico ocorre na segunda metade do século XX, num movimento que vai da busca de uma identidade nacional ao desenvolvimento da economia local (COSTA, 2010, 2012, 2015).

De acordo com IPHAN (2009), algumas críticas foram feitas ao modelo de sustentabilidade do Programa, porque nem todas as cidades envolvidas teriam ou tem potencial e demanda para desenvolver atividades turísticas capazes de promover uma mudança na dinâmica de proteção e depreciação do patrimônio.

Ambas as políticas de preservação do patrimônio tem em suas ações dimensões de requalificação urbana. Com o intuito de proteção e preservação do bem cultural, esses programas acabam por ressignificar os espaços urbanos das cidades históricas.

De acordo com Costa (2013), após a década de 1960, em todo o mundo surgem ações que visam à renovação dos centros degradados das cidades, como alternativas para tratar dos problemas físicos, sociais e econômicos que se perpetuavam nos centros históricos. Como consequência desses termos surge à revalorização de setores das cidades. Áreas que antes eram invisibilizadas passam a ser exploradas de forma a receberem outros significados, para os moradores e turistas.

Isso nos leva a afirmar que requalificação, renovação e refuncionalização urbanas são os mais notórios processos de intervenção de interesse analítico na Geografia, uma vez que o foco é a transformação territorial urbana pela “recolonização” de áreas centrais ou eleitas de cidades (COSTA, 2013).

---

<sup>27</sup> Consiste no restabelecimento do setor imobiliário degradado que, constituído pela restauração ou revigoração de imóveis, faz com que esses lugares, supostamente populares, sejam enobrecidos.

Costa (2013) defende que a requalificação urbana aproxima-se de uma política de resgate de valor simbólico de áreas urbanas, tanto para o mercado, quanto para moradores. Esse conceito diz respeito a uma intervenção que visa manter o ambiente construído existente, os usos e a população residente, sem expulsá-la. Mas não é o que acontece na maioria dos centros urbanos que são requalificados, a valorização do espaço acaba fazendo com que o morador saia do seu local, às vezes por não conseguir manter a qualidade de vida naquele lugar que ficou com o custo de vida maior ou até mesmo por propostas de investimento alto no seu imóvel.

No início do século XXI emerge o paradigma da requalificação urbana no viés de uma dialética da memória, quando é possível o esquecimento de fatos e de coisas do mundo urbano ante o esforço de sua renovação, requalificação, reconstrução ou rememoração (COSTA, 2013).

Se a requalificação urbana está vinculada a projetos que visam a devolver ou a propor qualidade ao ambiente físico e social dos espaços construídos, baseados na compreensão da relação entre processos de produção social do território e sua realidade como lugar da vida, faz-se necessário um enfoque totalizante sobre esse processo e sobre a própria cidade. Apesar de se materializar sobre partes singulares – por vezes, ditas autênticas – da cidade, o entendimento dos resultados desse tipo de operação urbana deve passar pelo desvendamento das dinâmicas urbanas para além da área escolhida para operação e, por assim dizer, consagrada socioeconomicamente. (COSTA, 2013, p. 100)

Se o território guarda relações que acontecem ou resultam de elementos do campo de poder (Raffestin, 1993), entende-se que as transformações territoriais urbanas, derivadas das políticas preservacionistas do patrimônio, apresentam contradições no viés do desenvolvimento social, econômico e urbano regionais.

No campo realizado em Diamantina, foi questionado a alguns moradores o que eles sabiam sobre políticas patrimoniais, e muitos afirmavam não ter conhecimento desses projetos em seus bairros. Apenas tinham o conhecimento de obras realizadas no centro histórico, no intuito de preservar o patrimônio. Apesar dessa revitalização ter ocorrido somente após da cidade receber o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, a intenção era de projetar a cidade para o mundo. O depoimento a seguir é de uma moradora que já ouviu falar sobre a política, mas nunca procurou saber onde aconteceram as obras.

*“Já ouvi falar, aqui tem, não tem? Esse PAC eu já ouvi pela televisão, no jornal. Mas aqui mesmo, eu indo olhar, num vi não. Mas que eu já vi pelo jornal, pela televisão eu vi esses comentários”.*<sup>28</sup>

Neste capítulo buscou-se apresentar duas das principais políticas patrimoniais do Brasil, apresentando de que forma elas estão presentes em Diamantina-MG, como elas são compreendidas pelos sujeitos e suas consequências na refuncionalização do patrimônio.

Diamantina vem passando por uma lenta e gradual valorização de seu espaço central, de acordo com critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade criada pelo turismo, que a insere no mercado global de competição entre cidade (COSTA, 2010). Com essa nova valorização central ocorre, como efeito colateral, uma fragmentação do território, consequentemente, novas funcionalidades do patrimônio serão apresentadas em seu centro histórico.

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida por D., 70 anos, moradora do bairro Largo Dom João, aposentada, em Diamantina, em 26 de maio de 2016.

#### **4. O PATRIMÔNIO E A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO: NOVAS FUNCIONALIDADES EM DIAMANTINA**

A refuncionalização do patrimônio é um facilitador de diversas funções, que pode ocasionar, a depender das intencionalidades, em uma fragmentação do território. O patrimônio instituído está localizado, geograficamente, na área central de Diamantina-MG, justamente em seu centro histórico. Não são todos os moradores que tem condições de morar e frequentar esse centro da cidade, tendo então que providenciar, histórica e processualmente, suas moradias em áreas periféricas ao centro. A organização dessas moradias, na periferia, também causará um fluxo de novos comércios para atender essas pessoas que não tem condições de consumir produtos oferecidos no centro.

Esses bairros que se formaram em volta do centro tendem a apresentar características socioespaciais relativamente semelhantes. Costa (2011) diz que para uma boa leitura das cidades, em sua totalidade, o planejamento urbano deve compreender a dinâmica dos bairros, individual e em conexões.

De acordo com Costa (2011), as cidades são produtoras de zonas específicas de uma fragmentação articulada na totalidade do território urbano, apresentando a hibridez e a homogeneidade socioespacial, caracterizado pelo poder de localização e acessibilidade. O autor diz que duas áreas são formadas com características paisagísticas nas cidades que analisa, dentre elas Diamantina-MG: a primeira é uma zona homogênea na periferia e a segunda é outra zona homogênea e diferenciada nas áreas centrais ou pericentrais. Essas zonas são vestígios de valorização da terra urbana tributárias da precarização de outras áreas. As zonas analisadas tem dimensão de homogeneidade ou hibridez, sempre, em trânsito, de forma que o território não é visto de forma congelada.

Costa (2011) nos apresenta as 4 *zonas homogêneas e zonas híbridas favorecedoras da fragmentação articulada do território urbano e zonas homogêneas e zonas híbridas resultantes da fragmentação articulada do território urbano*. Essas zonas homogêneas são entendidas como áreas mais consolidadas do território urbano, enquanto as híbridas representam áreas em processo de valorização ou precarização.

Para melhor compreensão, Costa (2011) mostra de maneira resumida um pouco de cada uma dessas zonas:

ZOHOFA - Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano. Compreende as porções mais valorizadas do território urbano. [...] Normalmente, é a zona que depende da precarização das demais para subsistir.

ZOHORE - Zona homogênea resultante da fragmentação articulada do território urbano. Engloba as porções mais precarizadas do território urbano. [...]

ZOHIFA - Zona híbrida favorecedora da fragmentação articulada do território urbano. Vai representar antigas áreas degradadas ou novos eixos de expansão urbana em processo de valorização. [...]

ZOHIRE - Zona híbrida resultante da fragmentação articulada do território urbano são áreas em franco processo de precarização, tanto pela influência da zona homogênea mais valorizada (jogo do mercado imobiliário), quanto a zona híbrida em processo de valorização. (COSTA, 2011, p.13)

A divisão das zonas ocorreu por conta das novas funcionalidades existente no território urbano. Para essa divisão são necessárias ações políticas para controle e gestão desse zoneamento.

Para a realização desse trabalho, foi escolhido trabalhar especificamente com a ZOHOFA – *Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano* em Diamantina-MG. Essa zona fica localizada próximo ao centro histórico da cidade, o que causou interesse para a pesquisa, como essa área influenciaria no acervo patrimonial e na relação dos moradores com o mesmo.

Em Diamantina-MG, no final do século XIX e início do século XX, de acordo com Martins (s.n.t.), o número de famílias que produziam mantimentos no interior de seus espaços domésticos, e algumas vezes na rua, era significativamente alto. Essas iniciativas da população aconteciam nos bairro Largo Dom João, Arraial dos Forros e Palha.

De acordo com Martins (s.n.t.), no começo do século XX a cidade passou a ter mais contato com o Centro-Sul de Minas Gerais, facilitando a importação de alimentos. Os espaços que antes eram utilizados para a produção de alimentos, nesse momento começaram a sofrer parcelamento, surgindo bairros residenciais, como por exemplo, o Largo Dom João.



**Figura 9 - Largo Dom João. Foto da autora/ maio de 2016.**

A figura 9 apresenta o Largo Dom João, bairro da cidade que melhor atende aos moradores em relação a comércios e serviços, e que no século XX era utilizado para a produção de alimentos.

Segundo Martins (s.n.t.) nesse período, Diamantina tinha um bom comércio local de alimentos e boa viabilidade nas estradas regionais, mas a elite da cidade aderiu a novos modelos urbanos. As lideranças sentiam a necessidade da cidade em civilizar-se. O símbolo seria a construção de uma ferrovia que ligaria Diamantina a capital mineira, e ao Rio de Janeiro.

[...] os jornais do período indicavam medidas para urbanizar e modernizar a cidade, tais como: a) abrir grandes largos e praças; b) arborizar as ruas; c) retirar do centro os estabelecimentos insalubres (como chiqueiros, galinheiros, cocheiras, fábricas de velas, defumadores etc; c) e tudo que pudesse produzir emanções que vivenciassem o ar; d) drenar ou aterrar os brejos e áreas alagadiças; e) refazer o calçamento das vias públicas e mantê-las limpas.(MARTINS, s.n.t., p. 9 )

A cidade recebia muitos tropeiros para a venda de mantimentos, os animais, que vinham com eles trazendo esses alimentos, ficavam soltos pela cidade deixando o ambiente sujo. Nesse período algumas pessoas já analisavam a possibilidade de deixar a cidade mais limpa, organizar as vias públicas e construir praças. Assim começou a ganhar corpo a urbanização do território em Diamantina.

Martins (s.n.t.) diz que o ponto mais movimentado do comércio era a intendência do Lage. Tratava-se de um amplo edifício, com uma boa construção, vinda de uma iniciativa particular. Esse prédio tinha duas funções, servia ao dono como moradia e também era ponto comercial.



Em 1890, de acordo com Martins (s.n.t), os camaristas<sup>29</sup> de Diamantina instituíram o Mercado Municipal, mas para isso adquiriram o edifício da intendência do Lage, que o dono tinha falecido no ano anterior (1889). Essa iniciativa representou a institucionalização e o controle do principal ponto de comércio da cidade, buscando um bem estar aos moradores, num contexto de ordenação dos lugares e das funções urbanas.

Segundo Martins (s.n.t), o Mercado Municipal é o local de maior movimento da cidade. O autor descreve que até metade do século XX o Mercado era o principal ponto de comércio da cidade, em volta dele estava localizado os principais atacadistas de Diamantina. Quando se pergunta as pessoas mais velhas que lembranças elas tem quando se trata do Mercado, elas logo citam os tropeiros, tanto que esse local ficou conhecido como a “Casa dos tropeiros”.

A partir dos relatos do autor, podemos perceber que desde o século XIX e XX Diamantina está passando por um processo de fragmentação do seu território. Essa fragmentação é percebida na centralização do comércio em volta do Mercado Municipal [no próprio centro histórico], fazendo com que as atividades de comércio e serviço dessem relevo da sociabilidades nesse local. Com esse movimento de centralização do comércio começa a se perceber a criação de bairros em volta dessa área central, ou seja, disporia também sobre uma centralização urbana.

Hoje em dia, o Mercado continua sendo um ponto comercial importante da cidade, onde são realizadas feiras culturais e de produtos artesanais, semanalmente, com grande atração dos moradores e dos turistas. Os dias de maior fluxo são na sexta à noite e no sábado de manhã. Ele é considerado patrimônio da cidade pela memória que guarda e também pela relação de identidade que os moradores possuem com o edifício, pois ali era realizado o grande fluxo de comércio no século XX e por onde passaram os tropeiros que traziam a maioria dos alimentos que abasteciam a região. Existe hoje um grande fluxo de turistas nesse local, principalmente aos sábados pela manhã.

Na figura 10 podemos observar como é o trânsito de pessoas ao sábado de manhã. As pessoas vão ao mercado para comprar produtos artesanais, ouvir música ao vivo e levar as crianças para brincar. Essa atividade acaba sendo uma forma de lazer ao moradores da cidade que não possuem opção de diversão.

---

<sup>29</sup> Fidalgo que cuida dos aposentos de um soberano

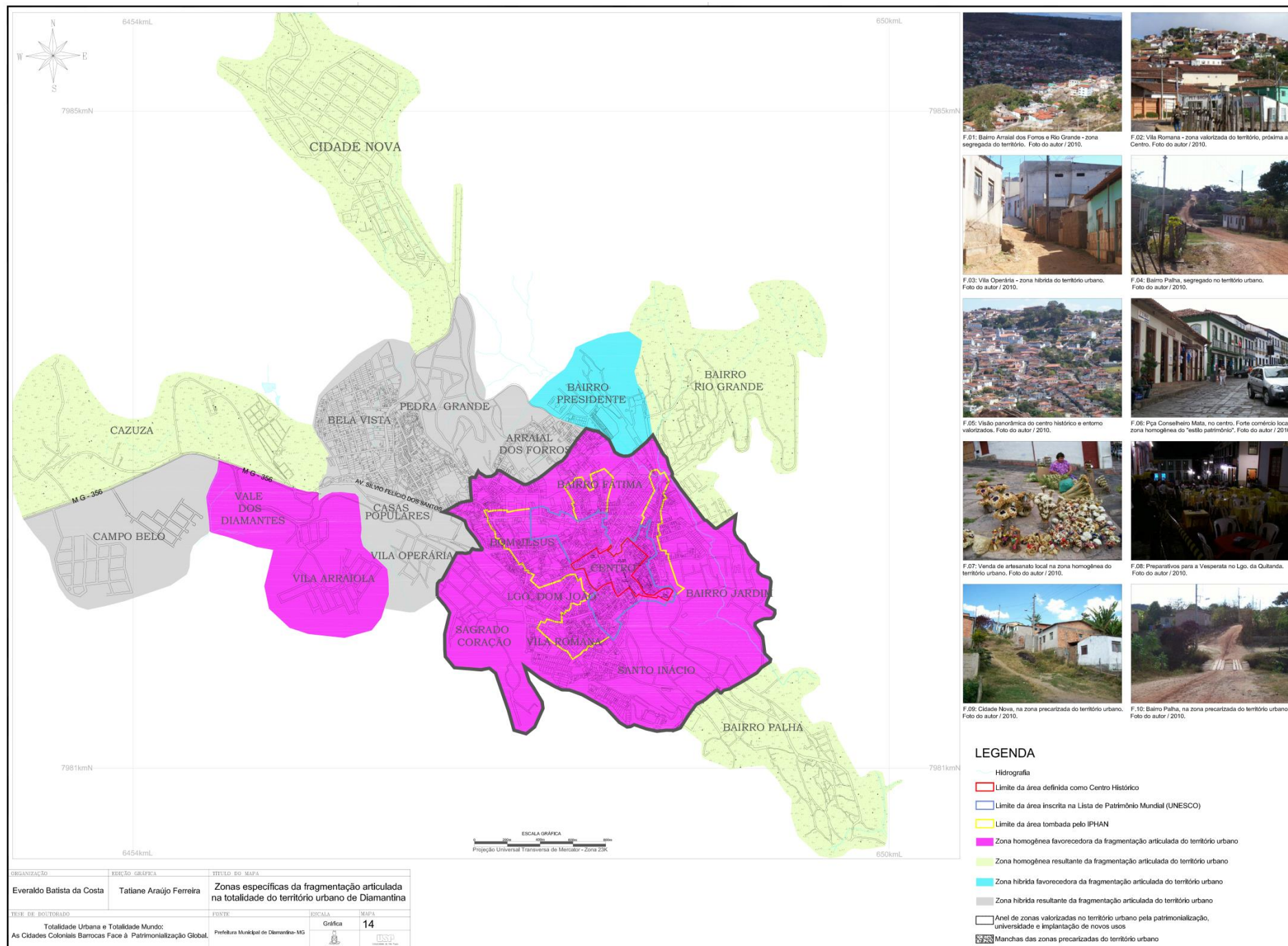


**Figura 10 - Mercado Municipal (Mercado Velho). Foto da autora/ maio de 2016.**

De acordo com IPHAN (2009) a perda da função residencial é comum a todos os centros históricos brasileiros e estão associados, na maioria das vezes, à expansão demográfica, ao processo de industrialização, à presença do Estado e à formação de periferias.

Segundo Costa (2011) o que é caracterizado por zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano corresponde ao grau de homogeneidade interna de certos bairros de uma cidade e ao caráter “coerente” da hierarquia estabelecida em relação ao centro ou setores valorizados. O autor fala que podem surgir outras centralidades nessa zona, que não negligenciam o centro, mas que representam a troca de produtos e serviços, propiciando a fluidez do território.

Em Diamantina os bairros que então nessa ZOHOFA são: Bairro de Fátima, Vale dos Diamantes, Vila Arraiola, Sagrado Coração, Bairro Jardim, Santo Inácio, Largo Dom João, bairro Bom Jesus e Centro, conforme pode ser verificado no mapa 03 a seguir:



**Mapa 3: Mapa de localização da Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano em Diamantina – MG. Extraído de Costa (2015)**



O Mapa 3 apresenta as zonas híbridas e as zonas homogêneas em Diamantina-MG. Este mapa foi retirado da Tese de Doutorado de Costa (2015), em que foi pesquisado e delimitado essas zonas no território urbano da cidade.

A partir da análise de Costa (2011), quando expõe a possibilidade de existir outras centralidades nessa zona, temos, por exemplo, o Largo Dom João. Pelas entrevistas feitas com os moradores, podemos observar que nesses bairros não existem os comércios, serviços e lazer que o diamantinense necessita. Para não ter que ir ao centro, eles acabam procurando recursos em bairros mais próximos. O Largo Dom João é o bairro que possui mais recursos para os moradores da ZOHOFA, os outros bairros também acabaram desenvolvendo seus comércio e serviços para não ter que depender estritamente do centro, mas o Largo é a opção que dá suporte aos moradores dessa zona.



**Figura 11 – Nova funcionalidade no Largo Dom João. Foto da autora/ maio de 2016**

A figura 11 apresenta uma das principais ruas de Diamantina, que direciona o trânsito para a rodoviária, aos domingos quando são realizadas feiras de mantimento para que os moradores possam comprar verduras frescas. Essa feira acaba sendo uma forma de lazer aos sujeitos, pois alguns vão para conversar, ouvir música e levar as crianças para brincar.

Foi questionado a alguns moradores se eles faziam atividades diárias no bairro onde mora ou se precisava buscar outros locais, e a maioria disse que precisa ir ao centro, principalmente no que concerne ao serviço bancário, pois nos bairros não possuem

agências. Em alguns bairros possuem caixas eletrônicas 24 horas, mas não são todos que tem esse “privilégio”.

*“E hoje a cidade cresceu muito, então os bairros, aqui não, porque eu não sei se você percebeu esse bairro nosso ele é muito próximo do centro, então, e ele cresceu muito rápido também, até uns vinte anos atrás, uns dezessete anos atrás, essa casa minha era a última do bairro, não tinha nada pra lá. E cresceu muito, mas foi só casa mesmo né, e aqui como o Largo tem mercearia, loja, essas coisas, então acabou que por aqui não desenvolveu e o centro não atende porque é tudo muito caro, o centro é pra atender turista.”<sup>30</sup>*

A principal característica dessa zona reside em os bairros manterem uma homogeneidade em relação à localização e acessibilidade. Como consequência, não somente o Largo Dom João, mas o bairro Bom Jesus possuem comércios e serviços que possibilitam aos moradores irem menos vezes ao centro da cidade. Porém a ida ao centro continua sendo um evento presente na vida desses moradores que necessita de alguns serviços que nos bairros não possuem, ou seja, verifica-se em campo a dependência da periferia aos serviços oferecidos no centro da cidade. Na entrevista seguinte a moradora conta que apenas o comércio do bairro Bom Jesus não é o suficiente para os moradores.

*[faz todas as atividades no bairro onde mora ou tem que ir a outro lugar?] “Preciso ir pra outro lugar.” [quais são esses bairros?] “Preciso ir no centro da cidade pra resolver tudo, porque nos bairros não tem banco, não tem lojas, não tem, supermercado.”<sup>31</sup>*

O Largo Dom João, conforme a figura 12 apresenta, possui uma praça que foi reformada pelo PAC Cidades Históricas com o objetivo de trazer uma refuncionalização do patrimônio. Essa obra não fica localizada necessariamente no centro histórico, mas fica próximo do limite da área tombada e próxima à rodoviária.

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por L., 47 anos, moradora do bairro Santo Inácio, em 28 de maio de 2016

<sup>31</sup> Entrevista concedida por C., 48 anos, moradora do bairro Bom Jesus, em 28 de maio de 2016



**Figura 12 – Praça localizada entre os bairros Sagrado Coração e Largo Dom João. Foto da autora/ maio 2016.**

Com o crescimento das cidades, podemos observar a propagação de zonas geograficamente diferentes, cada vez mais particularizadas, como por exemplo, zonas de comércio, residenciais, industriais entre outras. De acordo com Costa (2011), isso representa um modelo modernista de fragmentação funcional do território, novas centralidades surgem como resistência ou busca de soluções à fragmentação que resulta no distanciamento das áreas centrais urbanas.

Em Diamantina é perceptível a segregação urbana por meio de alguns bairros, onde existe visivelmente a oposição entre centro valorizado e periferia precarizada – conforme Costa (2015) que destaca ser notável a dependência da periferia em relação à zona de valorização. De acordo com Santos (2007) as condições existentes em uma ou outra região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, essas distorções contribuem para que o homem passe a assumir o valor do lugar que ocupa.

A segregação urbana, segundo Costa (2011) é um processo indispensável à dominação política e socioeconômica nas cidades. Neste sentido essa relação de precarização de algumas áreas e valorização de outras acaba sendo benéfico (trágico) ao mercado imobiliário.

Porquanto, os atributos localização e acessibilidade são essenciais para discussão das políticas patrimoniais na valorização de algumas áreas. Essas políticas que tinham por objetivo promover a refuncionalização do patrimônio acabam por enaltecer os lugares onde

se encontram os bens contemplados por essas políticas, e confirma a dinâmica de valorização do centro e precarização da periferia, tendo em vista que a maioria dos espaços recuperados está no centro histórico da cidade, onde existe o maior fluxo de pessoas e turistas.

Santos (2007) afirma que a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, resultado de um acordo entre forças de mercado e decisões do governo. O efeito ocorre independente da vontade do indivíduo atingido. Isso faz pensar também nas migrações forçadas, que muitas vezes contribuem para o aumento da pobreza invés de suprimir ou controlar.

As novas funcionalidades do patrimônio que surgiram através da fragmentação articulada do território estão relacionadas às refuncionalizações que ele sofreu. De acordo com Costa (2015), o esforço pela preservação, democratização e mesmo a ressignificação da cidade barroca para o próprio mercado não deve ser entendida descompassadamente da lógica do seu planejamento urbano. A infraestrutura urbana deve proporcionar condições de moradia, saúde, lazer, trabalho, educação, segurança e acesso ao centro histórico, porém não é isso que vemos em Diamantina, nem mesmo nas ZOHOFA que fica próxima ao centro.

Podemos identificar essa falta de infraestrutura e atendimentos em termos de trabalho através dos relatos dos sujeitos entrevistados, onde afirmam que existe pouco ou até mesmo nenhum lazer na cidade, que os aluguéis estão muito caros e a opção de trabalho está escasso. Em relação à saúde a fala é contraditória, pois alguns afirmam que melhorou e outros dizem que piorou.

*[o que falta na cidade?] “Lazer, principalmente pra criança e adolescente. Pra você ter uma noção, nós não temos um campo de futebol, nós não temos uma quadra de vôlei pra meninada jogar, a gente não tem uma piscina pro pessoal usar. Tem a praça de esportes, mas não funciona, tem o ginásio coberto, mas não funciona. Então assim, a questão do lazer para o jovem e o adolescente é muito falha, muito falha mesmo.”<sup>32</sup>*

*“Falta cinema, diversão sabe, os jovens não tem [...]. Não tem danceteria, a única danceteria que tem é pra elite, ela é no centro histórico, exige um padrão muito caro pra frequentar e uma coisa assim mais pro jovem, não tem.”<sup>33</sup>*

Santos (2007) fala sobre a relação do indivíduo com a acessibilidade aos bens e serviços consumidos e como isso influencia na sua relação com o lugar onde vive.

---

<sup>32</sup> Entrevista de L., 47 anos, moradora do bairro Santo Inácio, geografa, em 28 de maio de 2016.

<sup>33</sup> Entrevista de C., 48 anos, moradora do bairro Bom Jesus, comerciante, em 28 de maio de 2016.

[...] o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem que se impõe. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e sua fluidez. Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada a mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. (SANTOS, 2007, p. 145)

Santos (2007) traz como exemplo um serviço genérico que não pode se instalar no centro de uma cidade, devido ao alto preço cobrado, tendo que se instalar em um centro mais distante. O preço, em consequência, será mais alto, o que fará com que o serviço fique menos acessível, pelo motivo que menos gente possa procurar o provedor do serviço, e este acaba tendo que cobrar mais caro, porque os preços são elevados, há menos compradores. Com esse exemplo, fica explícito na fala dos sujeitos entrevistados que as mercearias que se instalam nos bairros oferecem produtos mais caros que os grandes supermercados, essas pequenas mercearias não duram muito tempo pois com altos preços a demanda acaba diminuindo.

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. (SANTOS, 2007, p. 151).

Segundo Costa (2010), de acordo com a Proposta de Inscrição de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade fica perceptível à função comercial e de serviços que representa o Centro Histórico. De acordo com Costa (2015), entender a dinâmica de cada bairro, o estabelecimento das moradias e das atividades relacionadas a elas, pode direcionar a entender os reais acessos da população ao seu próprio bairro, ao centro histórico e a outros setores e lugares. Nos bairros é possível investigar também se o centro histórico é acessível aos moradores.

Nos campos realizados para esta pesquisa, foi possível identificar que os sujeitos vão ao centro histórico, pois precisam de alguns serviços que somente lá são oferecidos. Muitos frequentam igrejas, bancos e mercados da região central, mas não se sentem parte dessa dinâmica realizada no centro.

*[A senhora se sente parte do centro histórico da cidade?] “A gente diamantinense de verdade, de coração, a gente tem um orgulho muito grande, porque é uma cidade linda maravilhosa [...], das cidades históricas que eu conheço, pra mim, é uma das mais bonita. Uma pena que ela não está tão bem cuidada quanto deveria estar né, muito suja, falta lixeira, infelizmente*



*não está bem cuidada. Mas é uma cidade que, nossa, quem conhece apaixonava”.*<sup>34</sup>

Em campo, também foi questionado aos moradores se conseguiriam perceber a diferença entre o centro histórico e o bairro em que moram. Essa pergunta mostra como o morador se sente em relação ao centro, se ele consegue identificar pontos que diferenciem os dois lugares e se ele entende o porquê dessas diferenças.

*[O que você percebe de diferente no seu bairro e no centro histórico] Nossa senhora, tudo. Onde que eu moro, no meu bairro lá mesmo, casa popular, muita vegetação, é um lugar que ainda tá crescendo e tá abrindo loteamento ainda, entendeu. Então ali é só aquilo ali mesmo, entendeu. Mato, é... A maioria das pessoas a gente não vê na rua, esta trabalhando [...] Agora cê sai aqui pro centro você já vê as pessoas, as programação tudo que tem, entendeu pra gente mesmo, adolescente [...] Posto de saúde ainda tem que caminhar longe, não tem, tem que ir lá no Cazuza no posto de lá.*<sup>35</sup>

*[você consegue ver diferença do centro histórico pro seu bairro?] Muita. [você consegue pontuar algumas coisas?] Consigo. No meu bairro num tem nenhuma casa assim antiga, com mais de oitenta anos, todas tem menos, entendeu, então elas já tem um estilo mais, já foram reformadas, a avenida que corta é asfaltada, entendeu. E o supermercado pequeno, mas é de construção moderna, entendeu. E não aconteceu fato nenhum lá, antigo.*<sup>36</sup>

*[a senhora consegue ver diferença do centro histórico para o lugar onde você mora?] Com certeza, a começar pela arquitetura. Arquitetura do centro é totalmente antiga, a nossa você pode ver que é totalmente moderna. [...] O centro vai ser aquilo ali a vida toda, se Deus quiser, e pra cá, bom, acho que também vai, (risos) porque não tem muito que mudar por aqui não. Mas principalmente a questão da arquitetura que diferencia muito né, cê vai saindo você vai percebendo a diferença.*<sup>37</sup>

No campo realizado foi perceptível que nos bairros possui poucas ou nenhuma casa colonial, as casas tem um padrão urbano do século XX. Dentro do bairro existem poucos comércios e mercearias – que dão poucas opções de compra aos moradores.

As imagens a seguir apresentam os bairros que compõem a sede municipal de Diamantina-MG, é perceptível o caráter moderno existente neles. Essas áreas são homogêneas, onde existe vestígios da valorização da terra urbana. Pela proximidade ao centro histórico, ou seja, emerge a questão da localização e acessibilidade aos moradores.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por L., moradora do bairro Santo Inácio, em Diamantina, em 28 de maio de 2016.

<sup>35</sup> Entrevista concedida por G., morador do bairro Vila Operária, em Diamantina, em 28 de maio de 2016.

<sup>36</sup> Entrevista concedida por C., moradora do bairro Bom Jesus, em Diamantina, em 28 de maio de 2016.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por L., moradora do bairro Santo Inácio, em Diamantina, em 28 de maio de 2016.



**Figura 13 – Bairro Jardim. Foto da autora/maio de 2016.**



**Figura 14 – Bairro Bom Jesus. Foto da autora/maio de 2016.**



**Figura 15 – Bairro Sagrado Coração. Foto da autora/maio de 2016.**



**Figura 16 – Bairro de Fátima. Foto da autora/maio de 2016.**



**Figura 17 – Bairro Vila Romana. Foto da autora/maio de 2016.**



**Figura 18 – Bairro Santo Inácio. Foto da autor/maio de 2016.**

O centro histórico é o representante da cidade como um todo presente também no imaginário dos moradores, que são dependentes dele para consumo, lazer e práticas religiosas. Apesar de distante para alguns moradores, ele é o local que representa a história da cidade e onde aconteceram os fatos históricos mais importantes da cultura local.

Em Diamantina, de acordo com Costa (2015), prevalece a valorização de uma área central que reflete no centro histórico, com direção aos bairros mais afastados, atingindo ao norte o bairro de Fátima, ao sul o Santo Inácio, ao leste o Jardim e ao oeste Bom Jesus. Destacam-se como de grande valorização e homogeneidade de sua forma conteúdo o Vale dos Diamantes e a Vila Arraiola, bairros periféricos localizados na ZOHOFA.

Segundo alguns entrevistados pouco se faz por esses bairros localizados na Zona Homogênea da Fragmentação Articulada do Território Urbano, os maiores investimentos acontecem no centro, onde existe um fluxo de turistas, que consomem produtos mais caros e é mais interessante, para os investidores, pensar nos turistas do que nos moradores. Pouco é feito nos bairros periféricos, mesmo naqueles que ficam próximo ou dentro da área tombada. O lazer, comércio e serviços são precários nessas regiões.

As políticas patrimoniais ressignificaram Diamantina, produzindo uma estetização do Centro. Costa (2015) diz que a função do centro na vida diária dos cidadãos representa uma proteção para a resistência local, o patrimônio guarda a possibilidade do pertencimento, de identidade, quando suas funcionalidades coletivas são guardadas.

A refuncionalização trouxe novas funcionalidades ao patrimônio, pois, principalmente o centro histórico com os investimentos recebidos, transformou os pontos de comércio, serviço e lazer, mais acessível ao turista do que ao morador[por mais que o centro de Diamantina ainda guarde uma função fortemente local, distintamente de cidades como Tiradentes-MG e Parati-RJ, segundo Costa (2015)]. Os bairros foram atingidos de diversas formas, seja para receber os moradores que não conseguiram manter os gastos no centro e tiveram que mudar para bairros mais próximos, ou pelo comércio que precisou se desenvolver em outros locais, como no Largo Dom João. A Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano caracteriza-se, em Diamantina, como zona em que os bairros sofrem incipiente processo de valorização, o comércio de abastecimento é implantado e constitui-se como um novo eixo de expansão urbana. Diamantina hoje passa por um processo de fragmentação do território, em zonas, que teve como consequências novas funcionalidades do patrimônio, em Diamantina-MG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diamantina-MG tem uma característica peculiar em relação a outras cidades históricas mineiras, pela distância da capital Belo Horizonte e o difícil acesso a cidade, faz com que o turismo de massa não seja tão expressivo quanto nas outras Costa (2015), assinala que Diamantina, São João del-Rei e Mariana guardam uma dinâmica urbana pautada em comércio, consumo e serviços locais-regionais – atendendo a seus respectivos distritos, inclusive. Pontua distinção turística para Tiradentes – banalizada por uma cenarização progressiva -, e Ouro Preto, que possui importante dinâmica turística e cujo comércio e consumo é bem demarcado tanto pelo turismo quanto pela importância econômica impressa pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Apesar da dificuldade de acesso, Diamantina é visitada por turistas de diversas procedências regionais, o ano inteiro, principalmente em feriados religiosos e em seus eventos tradicionais (especialmente na já consagrada Vesperata). Com o título que recebeu de Patrimônio Cultural da Humanidade ela foi projetada para o mundo como a cidade que no século XVIII foi uma das maiores exploradoras de diamante do globo. A cidade possui características únicas, como por exemplo, o conjunto arquitetônico está rodeado pela Serra dos Cristais.

Diamantina foi alvo de políticas patrimoniais para preservar o seu sítio histórico. As políticas atingiram parcialmente seus objetivos, quando a revitalização do patrimônio ligada ao desenvolvimento social e econômico atenderam à parcela reduzida da população, especialmente aqueles diretamente vinculados ao acervo. Essa valorização de certos pontos da cidade fez com que surgisse uma fragmentação do território, ao ponto de muitos moradores não conseguirem frequentar ou consumir os serviços oferecidos naquele espaço devido ao seu alto preço, diferentemente do que ocorria no passado. O Patrimônio em sua totalidade é esquecido, não está na pauta de políticas públicas (ou como Costa, 2011 e 2015 define – *da necessidade de valorar o próprio sujeito como o primeiro patrimônio urbano, bem como da necessidade de se pensar, nas cidades, os indicadores sintéticos da qualidade de vida urbana, o que demanda uma visão holística de patrimônio*).

O diamantinense entende que o patrimônio tombado é regido por leis de proteção, mas muitos não percebem isso de forma positiva, alegam que essas leis impedem que o morador do centro (ou que esteja no perímetro da área tombada) possa modificar a estrutura de sua residência, pois para qualquer mudança precisa de uma autorização do

IPHAN. Em contrapartida, existem aqueles que entendem a importância dessa proteção para a conservação da história da cidade, para proteger aquilo que remete a um sentimento de identidade, que apesar dos conflitos de gestão, querem cuidar para que não se perca a história do país.

A pesquisa de campo foi essencial para compreender como o sujeito lida com o espaço em que vive, a percepção que ele tem dos seus bairros em relação ao centro histórico. Nesses relatos, ficam evidentes as novas funcionalidades do patrimônio, pois o morador identifica que as casas do centro são diferentes (em forma e conteúdo) das casas dos bairros (bem como a funcionalidade dos imóveis), e esses bairros são aqueles que ficam próximos do centro, na zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano. Os moradores percebem que o comércio do bairro não atende a todas as necessidades e que é necessário buscar produtos e serviços no centro; essa percepção nos faz entender como essa fragmentação causou uma segregação urbana em que é visível o centro valorizado e a periferia precarizada.

O centro valorizado decorre principalmente das políticas patrimoniais em que refuncionalizam seus pontos específicos, resultando em uma revalorização do patrimônio. Diamantina deve ser pensada para além desses pontos específicos, sendo observada a lógica da preservação patrimonial pela totalidade urbana (proposta de tese de Costa, 2011 e 2015). É necessária uma atenção não somente ao centro, mas aos bairros que compõem a estrutura urbana do município. A estrutura socioeconômica desigual no Brasil reflete no território, na produção espacial histórica que engendra a própria cidade capitalista. Isso vai acontecer não somente pelo patrimônio e o turismo, eles vão apenas potencializar esse processo, no caso de gestões urbanas descompromissadas com a coletividade, efetivamente.

O patrimônio urbano diamantinense são formas cujos conteúdos foram sendo alterados, e que são refuncionalizados no presente, porque as intencionalidades pra utilizar essas formas no presente são outras em relação ao passado, no caso em questão o passado do período colonial.

O desafio do geógrafo está na análise do planejamento urbano, em que a cidade deve ser atendida por políticas em sua totalidade, não apenas em pontos que tragam “lucro” para a prefeitura ou agentes de mercado. A geografia urbana, pautada na dinâmica socioespacial da cidade ou em seus processos de produção do espaço, deve ser peça elementar para a construção de pesquisas desse porte, mas ela deve ir além da estrutura

urbana para chegar aos sujeitos, pois é a partir deles que os impasses em sua totalidade podem ser resolvidos.

Do ponto de vista geográfico, então, importa mostrar como o patrimônio está dentro de um enredo de vivências, memórias, experiências que estão relacionadas ao espaço, para além do turismo enquanto atividade socioeconômica. Trata-se de território porque envolve a relação de poder, o sentimento de pertencimento, o desejo de legitimação para que aquilo seja conservado localmente e dentro de intencionalidades. A contribuição da geografia está associada aos sujeitos localizados (Costa, 2015), ao apoderamento do passado, para uma ressignificação no presente esta disciplina busca compreender essa lógica espacial do patrimônio e dos grupos que o redefinem, permanentemente.

Pesquisar Diamantina possibilitou entender que existe outra realidade além do centro histórico, e como a ressignificação do patrimônio pode influenciar em toda a cidade, mesmo sendo valorado pela e para a área central turistificada ou em processo de turisficação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I*, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.
- BENS TOMBADOS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 20 de mar. 2016.
- BO, João Batista Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados/ João Batista Lanari Bo*. Brasília: Unesco 2003. 186p.
- CASTRIOTA, L. B. . *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. 380p .
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado - São Paulo: Estação Liberdade : Editora UNESP, 2001.
- CORRÊA, S. R. M. *Formulação e implementação do programa de cidades históricas (PCH): 1972/1979*. V Seminário Internacional – Políticas Culturais – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. 15p.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, Francisco. C. *As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil*. *Revista Olam Ciência & Tecnologia*, Rio Claro, Vol. 9, nº1, 2009, p.62-102.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2009. 281p.
- COSTA, E. B.. *A Dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial* – São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010. 324p.
- COSTA, E. B. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015. 480 p.
- COSTA, E. B. *Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia*. 2011 p. 15.
- COSTA, E. B.. *Intervenções em centros urbanos no período da globalização*. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 9, p. 86-117, 2013.

COSTA, E. B. *Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX*. Finisterra, v. XLVII, n. 93, 2012, p. 5-28.

COSTA, E. B.. *Refuncionalização de patrimônio cultural e racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados*. Estudos Geográficos (UNESP), v. 6, p. 53-73, 2010.

DIAMANTINA (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/254>> Acesso em: 20 de mar. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. 316p.

GONÇALVES, C. S. *Diamantina: Breve relato de sua formação*. USJT/arq.urb/numero8/segundo semestre de 2012.

GONÇALVES, J. R. S. *Patrimônio como categoria de pensamento*. Rio de Janeiro, 2003. 10p.

IBGE. *Histórico*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=312160&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>> Acesso em: 14 de maio de 2016.

IPHAN. *Bens tombados*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

IPHAN. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

IPHAN. *PAC Cidades Históricas*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em: 23 de abr. de 2016. S.N.T.

IPHAN. *Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento— A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial*. \_\_Brasília, DF : Iphan, 2008. 80 p.

IPHAN. *Proposition Dinscripton de Diamantina sur la liste der Patrimoine Mondial*. S.n.t.

IPHAN. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos/* organizadora, Érica Diogo. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009. 304 p. : il. ; 23 cm.

LEFÈVRE, Reneeé; VASCONCELLOS, Sylvio. *Minas: cidades barrocas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco Cidade de Diamantina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980.



MARTINS, Marcos Lobato. *Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX*. Mimeo.s.d.n.p.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. *Patrimônio cultural – Uso público e privatização do espaço urbano*. XI Encontro Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional –ANPUR. Bahia,2005. 17p.

PICANÇO, Valeria M. P. A.. (2009). *Preservação Patrimonial X Qualidade de Vida: Avaliação Pós-Ocupação no Programa Monumenta*. Centro Histórico de Natividade – Tocantins/ Valéria Maria Pereira Alves Picanço - Palmas- Tocantins: UnB, 2009. 171p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. SP: Ed. Ática, 1993.

SANT’ANNA, M. *A cidade-atração, Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90*.2004

SANTOS, Milton. *O espaço cidadão – 7. Ed., 2. reimpr.* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Orientador: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro. São Paulo, 2006. 293p.

SCIFONI, S. *Patrimônio cultural e lutas sociais*. São Paulo, 2013. 14p.

TOZI, Desireé Ramos. *Primavera de Estações: O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz/São Paulo*, dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, 2007.

## ANEXO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA

Orientando (a): Lanna Karolline Nepomuceno Pires

Orientador: Prof.Dr. Everaldo Batista da Costa

Entrevista semiestruturada referente ao trabalho de conclusão de curso cujo tema é “O patrimônio e a fragmentação do território: novas funcionalidades em Diamantina-MG”.

Objetivo: Compreender as novas funcionalidades do patrimônio em Diamantina-MG, com o intuito de confirmar ou descartar a hipótese de que existe uma refuncionalização do patrimônio na *zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano*.

Nome do entrevistado:

- 1) Qual o seu local de moradia? (cidade/bairro)
- 2) Qual o seu local de origem? (cidade/ estado)
- 3) Qual a sua idade?
- 4) Quanto tempo que reside na cidade Diamantina-MG?
- 5) Quais foram os motivos que levaram a vir morar em Diamantina-MG?
- 6) Trabalha/trabalhou com o que?
- 7) Faz todas as atividades(banco, compras, lazer) no bairro onde mora, ou precisa ir a outro lugar? Se precisar ir a outro lugar, onde?
- 8) Em quais bairros ficam localizados comércio, serviço, lazer mais caros e os que atendem toda comunidade?

9) Durante os anos em que mora em Diamantina, o que mudou? Como isso afetou sua vida pessoal?(dê algum exemplo)

10) O que deveria mudar na cidade?(cite exemplos)

11) O que falta na cidade?(cite exemplos)

12) O que o(a) senhor(a) entende por qualidade de vida? O (a) Senhor (a) considera boa a qualidade de vida em Diamantina? (lazer, lugares para consumo, transporte, acessibilidade).

13) No seu ponto de vista, quais foram os acontecimentos mais significativos para Diamantina? (no sentido de políticas públicas)

14) Você consegue descrever como era o local que você mora a vinte anos atrás, do ponto de vista comercial, de serviços e de lazer? (pontuar mudanças nos usos do solo, pergunta para quem mora no mesmo lugar a muitos anos)

15) O que o centro histórico significa para você? Você se sente parte dele e como?

16) Porque mora na cidade?

17) O que você entende por patrimônio tombado?

18) O que você sabe ou acha sobre Diamantina ser patrimônio da humanidade? Notou quais diferenças depois que a cidade recebeu esse título, em 1999?

19) Em que lugar da cidade estão as moradias e os aluguéis mais caros?

Muito Obrigada pela sua colaboração!